

CONCURSOS PÚBLICOS DA FEPAM – 2014
EDITAL DE CONCURSOS Nº 01/2014

ANEXO 04 – Programas e Bibliografias indicados para as Provas Objetivas.

1. PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS INDICADOS PARA TODOS OS EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR

1.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de Língua Portuguesa versarão sobre o programa abaixo. Não serão elaboradas questões que envolvam o conteúdo relativo ao Acordo Ortográfico promulgado pelo Decreto n.º 6.583, de 29/09/2008.

Interpretação de textos. Informações literais e inferências. Pressupostos e subentendidos. Estruturação do texto e dos parágrafos. Recursos de coesão. Coerência. Variedades de textos e adequação de linguagem. Ponto de vista do autor. Tipologia textual.

Vocabulário. Significado contextual de palavras e expressões. Variedades linguísticas. Sinonímia contextual. Homonímia. Polissemia. Figuras de linguagem.

Formação e estruturação de palavras. Valores de prefixos, radicais e sufixos. Famílias etimológicas.

Classes e categorias gramaticais. Usos e principais valores associados a cada classe.

Sistema de flexão verbal. Valores dos tempos e dos modos verbais.

Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase.

Pontuação e sua relação com a estruturação sintática.

Subordinação e coordenação. Compreensão da natureza das relações de subordinação e coordenação.

Transformação e equivalência de estruturas: ordem direta e indireta, discurso direto e indireto, vozes verbais etc.

Paralelismo sintático e semântico. Partículas de transição e palavras de referência.

Ortografia e acentuação, principais dificuldades da língua portuguesa (melhor e mais bem, há a à, grafia dos porquês, etc.).

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

FARACO, Carlos Alberto & TEZZA, Cristóvão. Prática de texto para estudantes universitários. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa – versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.

KÖECH, VanildaSalton; BOFF, Odete Maria Benetti & PAVANI, Cinara Ferreira. Prática textual: atividades de leitura e escrita. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental. São Paulo: Atlas, 2009.

PLATÃO, Francisco S.; FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2008.

PLATÃO, Francisco S.; FIORIN, José Luiz. Lições de Texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2005.

1.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIAS DE LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Lei Federal nº 8.666/93 - Licitações e Contratos Administrativos e alterações (normas para licitação e contratos);

Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.504/2005 e Decreto nº 5450/2005 (Pregão);

Decreto nº 7892/2013 (Sistema de Registro de Preços);

Lei n.º 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012 (Acesso à informação);

Lei Federal 11.340/2006 - Lei Maria da Penha Lei Federal 12.288/2010 - Estatuto Nacional da Igualdade Racial

Lei 6.938/1981 e alterações – Lei que institui a Política Nacional de Meio Ambiente;

Lei 9.605/1998 - Lei de crimes ambientais;

Lei Complementar n.º 140/2011 – (competências ambientais);

Lei 6.766/79. Dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.

Lei 9.433/97. Institui a política nacional de Recursos Hídricos, cria o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos (e suas alterações).

Lei 11.445/2007 – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico

Lei 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos

Resoluções CONAMA 01/86 e 237/97

Resoluções CONAMA 302/02, 303/02 e 369/06.

Resolução CONAMA 420/09.

Lei nº 7.347/1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

Lei nº 4.717/1965 - Regula a ação popular.

Lei 7.802/89 - Dispõe sobre a pesquisa, experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. (e suas alterações)

Decreto 4.074/2002 - Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências

Lei 9.985/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, da natureza, e dá outras providências.

Lei 10.257/2001 - Estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências.

Decreto-Lei 227/67. Dá nova redação ao Decreto Lei 1.985 de 29/01/40 (Código de Minas) e suas alterações

Decreto nº 6.514/2008 alterado pelo Decreto nº 6.686/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Lei 12.651/2012 - Código Florestal e alteração da Lei 12.727/2012.

Lei 11.428/06 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Decreto nº 7.830/2012 – Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei 12.651/2012 e dá outras providências.

Decreto 8.235/2014 – Estabelece normas gerais e complementares aos Programas de Regularização Ambiental e institui o Programa Mais Ambiente Brasil e dá outras providências.

Legislação Estadual

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 9.077 alterada pela Lei 13.914/2012 – Lei de criação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique LuisRoessler – FEPAM;

Lei 13.694/2011 - Estatuto Estadual da Igualdade Racial

Decreto 38.356/98 - Aprova o regulamento da Lei 9.921/93 que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos no Estado do RS.

Decreto 51.761/14 – Estatuto da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique LuisRoessler – FEPAM

Lei 9.921/93 - Dispõe sobre a gestão de resíduos sólidos.

Lei Estadual 14.528/2014 – Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos no Estado.

Decreto 45.554/08 - Regulamenta a Lei 11.019/97 de 23/09/97, e alterações, que dispõe sobre o descarte e destinação final de pilhas que contenham mercúrio metálico, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham metais pesados no Estado do RS.

Lei 10.099/94 - Dispõe sobre resíduos sólidos provenientes de serviços de saúde e dá outras providências.

Lei 10.350/94 - Institui o sistema estadual de recursos hídricos.

Lei 11.560/2000 - Introduz alterações na Lei 10.350 de 30/12/94, que instituiu o sistema estadual de recursos hídricos.

Lei nº 14.328/2013 - Institui a Política Estadual de Irrigação no RS.

Lei 11.019/97 - Dispõe sobre o descarte e destinação final de pilhas que contenham mercúrio metálico no Estado do RS.

Lei 11.520/2000 - Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do RS e dá outras providências.

Lei 7.747/82 - Dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas a nível estadual e dá outras providências.

Lei 9.519/92 - Institui o Código Florestal do Estado do RS, com as alterações dadas pela Lei Estadual 13.931/2012.

Lei Estadual 11.877/02 - Dispõe sobre a imposição e gradação da penalidade ambiental, e dá outras providências.

Decreto Estadual Nº 46.519/2009.- Regulamenta artigos da Lei nº 11.520, de 3 de agosto de 2000, e dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual - RPPN Estadual – como Unidade de Conservação da natureza, estabelece procedimentos para a sua criação, apoio para a sua implementação, institui o Programa Estadual de RPPN Estaduais e determina outras providências.
Resolução CONSEMA 102/2005.
Resolução CONSEMA 167/2007.

2. PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS OS EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR – ANALISTA

01 – ADMINISTRADOR

Atos administrativos; atos administrativos em espécie; contratos administrativos. Bens públicos. Poder regulamentar; poder de polícia; poder disciplinar. Licitações: objeto da licitação; princípios licitatórios; procedimento licitatório; modalidades licitatórias da Lei nº 8.666/93; participação de empresas em consórcios nas licitações; anulação e revogação de licitação; impugnações e recursos nas licitações; licitação dispensada, dispensável e inexigível. Armazenamento de materiais. Movimentação de materiais. Dimensionamento e controle de estoques. Governança na gestão pública. Governabilidade, governança e *accountability*. Modelos de Estado, Governo e Administração Pública. Interface entre Economia e Administração Pública. Fundamentos constitucionais do Estado e de Controle da Administração Pública. Atividade financeira do Estado. Finanças públicas: atividade financeira do Estado; política orçamentária e processo orçamentário no Brasil. Estrutura da contabilidade governamental. Utilização da contabilidade pública de custos no Brasil e em outros países. Sistemas de custos aplicados às entidades públicas. As informações de custos e sua utilização na gestão pública. Lei de Responsabilidade Fiscal. Conceitos de Planejamento Estratégico: diagnóstico estratégico; missão e estratégias. Controle e avaliação: conceitos, tipos e componentes. Projetos e planos de ação: concepção, gerenciamento, acompanhamento e controle.

Estruturas organizacionais. Departamentalização. Metodologia de levantamento, análise, desenvolvimento e implantação de métodos administrativos. Técnicas de representação gráfica. Formulários. Arranjo físico (*layout*). Análise de processos. Desafios para a Gestão de Pessoas. Consultoria na Gestão de Pessoas. Treinamento e desenvolvimento de pessoas: diagnóstico, planejamento e avaliação. Administração de conflitos. Avaliação de desempenho e o papel do avaliador. Cargos e salários: evolução do conceito de desenho de cargos; análise, descrição e avaliação de cargos; novas estratégias de remuneração. Liderança. Negociação.

BRASIL. **Lei nº 8.666/93 – Licitações e contratos da Administração Pública.**

BRASIL. **Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).**

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 16. ed. ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2012.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira.** 7 ed. São Paulo: Harbra, 1997.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: *balanced scorecard*.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos humanos: princípios e tendências.** São Paulo: Saraiva, 2005.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais.** São Paulo: Atlas, 2010.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **Teoria geral da Administração.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão pública.** 2 ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia empresarial e vantagem competitiva: como estabelecer, implementar e avaliar.** São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública.** São Paulo: Atlas, 2011.

02 – ADVOGADO

Direito Administrativo

Noções de Direito Administrativo.

Administração Pública Direta: espécies de órgãos públicos.

Administração Pública Indireta: autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas. Concessionárias e permissionárias. Agências Executivas e Reguladoras.

Princípios que regem a Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, dignidade da pessoa humana, boa-fé, igualdade, continuidade do serviço público e segurança jurídica.

Atos Administrativos: noção, atributos, elementos, classificação, perfeição, eficácia e validade. Espécies. Extinção. Controle judicial dos atos administrativos.

Processo Administrativo: noção, princípios aplicáveis, a procedimentalização das decisões administrativas. Processo Administrativo Disciplinar. Processo sumário.

Poderes Administrativos: Poder de Polícia, Poder Disciplinar, Poder Hierárquico, Poder Vinculado, Poder Discricionário e Poder Regulamentar.

Agentes Públicos: noção e classificação. Espécies de regimes jurídicos: institucional e contratual. Regras constitucionais aplicáveis aos servidores públicos. Agentes públicos e a improbidade administrativa.

Licitação Pública: noção, modalidades, fases do processo licitatório, anulação e revogação da licitação. A Lei nº 8666/93 e alterações.

Contratos Administrativos: noção e espécies. A equação econômico-financeira dos contratos administrativos. A Lei nº 8666/93 e alterações.

Serviço Público: noção, princípios aplicáveis, classificação, regulamentação, concessão, permissão e autorização. Lei nº 8.987/95.

Bens Públicos: noção, classificação, regime jurídico, bens públicos em espécie, afetação e desafetação.

Responsabilidade civil do Estado: noção, excludentes de responsabilidade civil do Estado, ação de regresso. Interpretação do artigo 37, §6º, da Constituição Federal. Teoria da responsabilidade civil objetiva. A responsabilidade civil do Estado por atos omissivos e comissivos de seus agentes.

Súmulas do Supremo Tribunal Federal e Súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre Direito Administrativo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27. Ed., São Paulo: Atlas, 2014.

MAFINI, Rafael. Direito Administrativo, 4ª ed., Revista da Tribunais, 2013.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Obs: Além das obras doutrinárias indicadas, também integram a bibliografia toda a legislação pertinente à matéria constante do programa do edital, assim como os enunciados de súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Direito Constitucional

Constituição: princípios fundamentais. Teoria da Constituição. Classificação das Constituições. Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos. Da organização político administrativa: das competências da União, Estados e Municípios. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos. Da organização dos Poderes. Do Poder Executivo: das atribuições e responsabilidades do presidente da república. Do Poder Legislativo: da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes do Trabalho. Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Públicas. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1988.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Obs: Além das obras doutrinárias indicadas, também integram a bibliografia toda a legislação pertinente à matéria constante do programa do edital, assim como os enunciados de súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

Direito do Trabalho: Princípios do Direito do Trabalho. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho. Relação de trabalho e relação de emprego. Elementos da relação empregatícia. Relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, eventual, temporário, avulso, rural, portuário. Estágio. Cooperativas de mão-de-obra. Trabalho voluntário. Trabalho terceirizado. Empregado: conceito, caracterização. Tipos especiais. Empregador: conceito, caracterização. Poderes do empregador: diretivo, regulamentar, de fiscalização e disciplinar. Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Tipos especiais. Contrato individual de trabalho: conceito, caracterização, modalidades, efeitos e formas de invalidade. Alteração,

interrupção e suspensão do contrato de trabalho. Extinção do contrato de emprego: hipóteses. Obrigações de decorrentes: aviso prévio, multa do art. 477 da CLT, homologação. Remuneração e salário: conceito, composição e modalidades. Formas e meios de pagamento do salário. Equiparação salarial. Proteção ao salário. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Trabalho extraordinário. Empregados excluídos do direito às horas extras. Jornadas especiais de trabalho. Trabalho noturno. Repouso. Repouso intrajornada e interjornada. Repouso semanal e em feriados. Descanso anual: férias. Estabilidade e garantias provisórias de emprego. Segurança e medicina do trabalho. Súmulas orientações jurisprudenciais do Superior Tribunal do Trabalho sobre Direito do Trabalho.

Processo do Trabalho: Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista. Organização da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Partes, procuradores, representação, substituição processual. Justiça Gratuita. Jus Postulandi. Atos, termos e prazos processuais. Vícios do ato processual. Espécies. Nulidades no processo do trabalho. Dissídio individual e dissídio coletivo. Procedimentos. Petição inicial. Audiência. Conseqüência da ausência das partes. Resposta do reclamado. Defesa direta e indireta. Reconvenção. Provas no processo do trabalho. Sentença nos dissídios individuais. Honorários periciais e advocatícios. Termo de conciliação e seus efeitos: perante as partes e terceiros. Sistema recursal trabalhista. Pressupostos de admissibilidade dos recursos. Efeitos. Espécies: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, embargos de declaração, recurso adesivo, recurso de revista e recurso nos dissídios coletivos. Execução Trabalhista. Execução provisória e execução definitiva. Embargos à Execução. Tutela antecipatória de mérito e tutelas cautelares no Direito Processual do Trabalho. Súmulas orientações jurisprudenciais do Superior Tribunal do Trabalho sobre Processo do Trabalho.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 13. ed. São Paulo: Ltr, 2014.

SAAD, José Eduardo Duarte; CASTELO BRANCO, Ana Maria Saad; SAAD, Eduardo Gabriel. **CLT Comentada**. 47. ed.Ltr, 2014.

Consolidação das Leis do Trabalho.

Obs: Além das obras doutrinárias indicadas, também integram a bibliografia toda a legislação pertinente à matéria constante do programa do edital, assim como os enunciados de súmulas dos Tribunais Superiores.

Direito Processual Civil

Procedimentos de conhecimento: Petição inicial, contestação, exceções, reconvenção, litisconsórcio, intervenção de terceiro, assistência, impugnações, réplicas, memoriais. Regras de competência no Processo Civil. Pressupostos processuais. Procedimento comum ordinário e sumário. Provas: depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa, prova documental, prova testemunhal, prova pericial. Sentenças e acórdão, Tutela antecipatória. Audiência: de conciliação, de instrução e julgamento. Recursos: teoria geral, recursos em espécie. Reexame necessário. Ação Rescisória. Medidas Cautelares. Mandado de Segurança: individual e coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública.

Cumprimento de sentença: Liquidação de sentença. Procedimento de cumprimento da sentença.

Processo de execução: Da execução em geral. Das diversas espécies de execução. Dos embargos do devedor. Da suspensão e da extinção do processo de execução.

Procedimentos Cautelares e especiais: Ação cautelar nominada e inominada. Ação Monitória. Ação de Usucapião. Ações Possessórias. Ação de Despejo. Ação Revisional de Aluguel. Ação Renovatória de Locação. Ação de Consignação em Pagamento. Inventário, Arrolamento e Partilha. Separação Judicial e Divórcio. Ação de Alimentos. Ação Revisional de Alimentos. Ação de Nunciação de Obra Nova.

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre Processo Civil.

BRASIL. Código de Processo Civil. Brasília: Senado Federal, 1973 (devidamente atualizado).

CAMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**.vol. 1, 25. ed.. São Paulo: Atlas, 2014.

CAMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**.vol. 2, 23. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CAMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. vol. 3, 21. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Nery Junior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade., Código de Processo Civil Comentado, 14ª ed., Revista dos Tribunais, 2014.

Obs: Além das obras doutrinárias indicadas, também integram a bibliografia toda a legislação pertinente à matéria constante do programa do edital, assim como os enunciados de súmulas dos Tribunais Superiores.

Direito Ambiental

Legislação Federal

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Lei Federal nº 8.666/93 - Licitações e Contratos Administrativos e alterações (normas para licitação e contratos);

Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.504/2005 e Decreto nº5450/2005 (Pregão);

Decreto nº 7892/2013 (Sistema de Registro de Preços);
Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012 (Acesso à informação);
Lei Federal 11.340/2006 - Lei Maria da Penha Lei Federal
12.288/2010 - Estatuto Nacional da Igualdade Racial
Lei 6.938/1981 e alterações – Lei que institui a Política Nacional de Meio Ambiente;
Lei 9.605/1998 - Lei de crimes ambientais;
Lei Complementar nº 140/2011 – (competências ambientais);
Lei 6.766/79. Dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.
Lei 9.433/97. Institui a política nacional de Recursos Hídricos, cria o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos (e suas alterações).
Lei 11.445/2007 – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico
Lei 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos
Resoluções CONAMA 01/86 e 237/97
Resoluções CONAMA 302/02, 303/02 e 369/06.
Resolução CONAMA 420/09 (gerenciamento de áreas contaminadas)
Lei nº 7.347/1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.
Lei nº 4.717/1965 - Regula a ação popular.
Lei 7.802/89 - Dispõe sobre a pesquisa, experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. (e suas alterações)
Decreto 4.074/2002 - Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências
Lei 9.985/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, da natureza, e dá outras providências.
Decreto 4340/2002 – Regulamenta artigos da Lei 9985/2000.
Lei 10.257/2001 - Estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências.
Decreto-Lei 227/67. Dá nova redação ao Decreto Lei 1.985 de 29/01/40 (Código de Minas) e suas alterações
Decreto nº 6.514/2008 alterado pelo Decreto nº 6.686/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
Lei 12.651/2012 - Código Florestal e alteração da Lei 12.727/2012
Lei 11.428/2006 – Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica..
Decreto nº 7.830/2012 – Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei 12.651/2012 e dá outras providências.
Decreto 8.235/2014 – Estabelece normas gerais e complementares aos Programas de Regularização Ambiental e institui o Programa Mais Ambiente Brasil e dá outras providências.
Legislação Estadual
Constituição do Estado do Rio Grande do Sul
Lei nº 9.077 alterada pela Lei 13.914/2012 – Lei de criação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM;
Lei 13.694/2011 - Estatuto Estadual da Igualdade Racial
Lei 9.921/93 - Dispõe sobre a gestão de resíduos sólidos.
Decreto 38.356/98 - Aprova o regulamento da Lei 9.921/93 que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos no Estado do RS.
Lei Estadual 14.528/2014 – Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos no Estado.
Decreto 45.553/08 - Institui o balcão de Licenciamento Ambiental de POA e região metropolitana para unificar o relacionamento do poder público estadual, cidadãos e empresas.
Decreto 45.554/08 - Regulamenta a Lei 11.019/97 de 23/09/97, e alterações, que dispõe sobre o descarte e destinação final de pilhas que contenham mercúrio metálico, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham metais pesados no Estado do RS.
Lei 10.099/94 - Dispõe sobre resíduos sólidos provenientes de serviços de saúde e dá outras providências.

Lei 10.350/94 - Institui o sistema estadual de recursos hídricos.
Lei 11.560/2000 - Introduz alterações na Lei 10.350 de 30/12/94, que instituiu o sistema estadual de recursos hídricos.
Lei nº 14.328/2013 - Institui a Política Estadual de Irrigação no RS.
Lei 11.019/97 - Dispõe sobre o descarte e destinação final de pilhas que contenham mercúrio metálico no Estado do RS.
Lei 11.520/2000 - Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do RS e dá outras providências.
Lei 7.747/82 - Dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas a nível estadual e dá outras providências.
Lei 9.519/92 - Institui o Código Florestal do Estado do RS, com as alterações dadas pela Lei Estadual 13.931/2012.
Lei Estadual 11.877/02 - Dispõe sobre a imposição e gradação da penalidade ambiental, e dá outras providências.
Decreto Estadual Nº 46.519/2009.- Regulamenta artigos da Lei nº 11.520, de 3 de agosto de 2000, e dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual - RPPN Estadual – como Unidade de Conservação da natureza, estabelece procedimentos para a sua criação, apoio para a sua implementação, institui o Programa Estadual de RPPN Estaduais e determina outras providências.
Resolução CONSEMA 288/2014 - Atualiza as tipologias, que causam ou possam causar impacto local para exercício da competência Municipal para o licenciamento ambiental, no Estado do Rio Grande do Sul.
Resolução CONSEMA 167/2007.
Obs: Além das obras doutrinárias indicadas, também integram a bibliografia toda a legislação pertinente à matéria constante do programa do edital, assim como os enunciados de súmulas dos Tribunais Superiores.

03 – ARQUITETO

Interpretação da legislação ambiental;
Análise de processos de licenciamento Ambiental;
Avaliação de projetos da área da arquitetura e urbanismo, emitindo pareceres técnicos quanto à viabilidade e estudo de impactos do licenciamento solicitado;
Avaliação de danos ambientais, elaboração de relatórios, informações e pareceres técnicos;
Estudo de Impacto Ambiental;
Relatório Ambiental Simplificado - RAS;
Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV;
Estudo de Viabilidade Ambiental – EVA;
Relatório de Impacto no Meio Ambiente - EIA-RIMA;
Plano de Controle Ambiental – PCA;
Relatório de Controle Ambiental – RCA;
Conhecimento do Software AutoCAD;
Acessibilidade;
Sustentabilidade e conforto ambiental;
Proteção contra incêndio.
ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.
ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492**: representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, 1994.
ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004.
BALDAM, Roquemar de Lima; COSTA, Lourenço. **AutoCAD 2010: utilizando totalmente**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.
BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente - **CONAMA Resolução N.º 001/86**, de 23 de Janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental
BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – **CONAMA Resolução nº 237/97**, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.
BRASIL. **Lei Federal nº 10.257/2001** – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.605/1998** – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

CHING, Francis D.K. **Representação gráfica em arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/>> Acesso em: outubro 2014.

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; et al. **Eficiência Energética na Arquitetura**. 1ed. São Paulo: PW Editores, 1997. Disponível em: <<http://www.labeee.ufsc.br/publicacoes/livros>> Acesso em: outubro 2014.

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; et al. **Eficiência Energética na Arquitetura**. 3ed. Disponível em: <<http://www.labeee.ufsc.br/publicacoes/livros>> Acesso em: outubro 2014.

Lei Complementar nº 284/92 – Código de Edificações de Porto Alegre. Porto Alegre: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE – Secretaria Municipal de Obras e Viação, 1992.

Lei Complementar nº 420/98 – Código de Proteção contra Incêndio de Porto Alegre. Porto Alegre: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE – Secretaria Municipal de Obras e Viação, 1998.

Lei Complementar nº 434/99 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA). Porto Alegre: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE – Secretaria Municipal do Planejamento, 1999.

MASCARÓ, Lucia. **Ambiência Urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2004.

Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>> Acesso em: outubro 2014.

PORTO ALEGRE. **Lei Municipal nº 8267/1998** – Dispõe sobre o licenciamento ambiental no Município de Porto Alegre, cria a Taxa de Licenciamento Ambiental e dá outras providências.

ROAF, Susan; FUENTES, Manuel; THOMAS, Stephanie. **Ecohouse: a casa ambientalmente sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 200.

Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/>> Acesso em: outubro 2014

VAN LENGEN, Johan. **Manual do arquiteto descalço**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

04 – BIÓLOGO

O Biólogo e o Saneamento Ambiental: caracterização das principais atividades do saneamento ambiental; impacto ambiental decorrentes da poluição de resíduos sólido, efluente líquido e emissões atmosféricas. Doenças de veiculação hídrica. O biólogo e a gestão ambiental: gestão de recursos naturais, gerenciamento de recursos hídricos, gestão de resíduos sólidos perigosos e controle de emissões gasosas. Recuperação de áreas degradadas.

Avaliação de Impacto Ambiental: Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de impacto ambiental (RIMA). Licenciamento Ambiental. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

ANTUNES, Paulo de Bessa- Direito Ambiental 15ª Edição São Paulo Editora Atlas S.A. 2013.

GBLER, Luciano – PALHARES, Julio Cezar Pascale – Gestão Ambiental na Agropecuária 1ª Edição Embrapa Informação Tecnológica. Brasília DF 2007.

JUNIOR, Cézár da Silva – SASSON, Zezar – Biologia - 4ª Edição São Paulo – Editora Saraiva 2010.

ZANONI, Magda – FERMENT, Gilles – Transgênicos para Quem? Agricultura, Ciência e Sociedade 1ª reimpressão Brasília MDA 2011.

WITT, Patrícia B. R. – Fauna e Flora Reserva Biológica do Lami Jose Lutzenberger Porto Alegre Secretária Municipal do Meio Ambiente, 2013.

DARWIN, Charles- Viagem de Um Naturalista ao Redor do Mundo vol.02 da tradução L&PM Editores PoA 2008.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretária de Defesa Agropecuária- Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI- Brasília MAPA, 2007.

BRASIL- RIO GRANDE DO SUL- Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul – Institui o Novo Código Florestal Lei 12651/ 2012 e Decreto 7830/2012 e dá outras providências.

BRASIL, Lei 12.305 02 de Agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos 2ª edição. Que institui a Política Federal de Saneamento Básico, regulamentada pela Lei nº11.445, de 2007.

BRASIL, Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm Acesso em: 24/10/2014

RIO GRANDE DO SUL, Guia de Manejo e Controle de Morcegos, Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Porto Alegre 2013. Disponível em: www.sema.rs.gov.br/ Acesso em: 24/10/2014

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 - CAPÍTULO VI - DO MEIO AMBIENTE, Art. 225. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htmAcesso em: 24/10/2014

BRASIL - **LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htmAcesso em: 24/10/2014

BRASIL, **EIA/RIMA - RESOLUÇÃO CONAMA nº 001, 23 Janeiro de 1986** - Publicado no D. O. U de 17/2/86. Disponível em: www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html. Acesso em: 24/10/2014

BRASIL, **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981** - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 24/10/2014

BRASIL, **EIE/RIMA - Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997.** Disponível em: www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.htmlAcesso em: 24/10/2014

RS, **EIA/RIMA – FEPAM/RS – Disponível em:** www.fepam.rs.gov.br/central/pdfs/eiarimainstabil2002.pdfAcesso em: 24/10/2014

BRASIL e RIO GRANDE DO SUL, **Legislação Ambiental, Saneamento Ambiental, Licenciamento Ambiental e dá outras providências – Secretaria Estadual de Meio Ambiente.** Disponível em: http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_agrupador=6Acesso em: 24/10/2014

BRASIL - **Decreto Nº 88.438, de 28 de junho de 1983** - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de biólogo, de acordo com a lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, e de conformidade com a alteração estabelecida pela lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982. Disponível em: <http://www.crbio03.gov.br/website/arquivos/index.php?tipo=108>Acesso em: 05/11/2014

BRASIL- **Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;** altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htmAcesso em: 04/11/2014

Rio Grande do Sul - Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Intitucional, Legislação, Atribuições, Funções, Qualidade ambiental e Resoluções do CONSEMA. Disponível em: www.fepam.rs.gov.br/institucional/funcoes.aspAcesso em: 24/10/2014

Legislação do Biólogo, Resoluções e outras providências que regulamenta a profissão no Brasil. Disponível em: <http://www.crbio03.gov.br/website/home/index.php>Acesso em: 24/11/2014

BRASIL, Decreto 7.404/10 - regulamenta o procedimento para implantação dos sistemas de logística reversa.

05 – CONTADOR

CONTABILIDADE: conceito; objeto; objetivo; campo de aplicação; Patrimônio: conceito; equação fundamental do patrimônio; representação gráfica do patrimônio; composição quantitativa e qualitativa; os fatos contábeis e seus efeitos no patrimônio; o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido. Variações patrimoniais: fatos permutativos, modificativos e mistos. Técnicas Contábeis: Lançamentos contábeis e formalidades da escrituração. Balancete de Verificação. Apuração de Resultados. Controles de estoques (PEPS, UEPS e média ponderada móvel). Escrituração de operações típicas. Livros de escrituração: diário e razão. Erros de escrituração e suas correções. Elaboração de demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária, pelos princípios fundamentais de Contabilidade e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Balanço Patrimonial. Demonstração do resultado do exercício. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração dos Fluxos de Caixa (métodos direto e indireto). Demonstração do Valor Adicionado: conceito; conteúdo; estrutura; elaboração. Notas Explicativas às demonstrações contábeis. Critérios de avaliação do Ativo e do Passivo; eventos subsequentes . Capital Social: Composição acionária, resgate e alterações; remuneração do capital social; constituição e reversão de reservas; Procedimentos de auditoria; levantamento e estruturação das demonstrações contábeis; análise das demonstrações contábeis: análise financeira, análise econômica e análise comparativa setorial; Indicadores de Liquidez. Indicadores e medidas de solvência. Indicadores de Endividamento. Indicadores de Rentabilidade. Análise vertical e horizontal (Mensuração de ativos e passivos).

CONTABILIDADE DE CUSTOS: Conceito; objetivo; Sistemas de custeio, tecnologias de produção, aquisição e aplicação de materiais na produção; apropriação da mão-de-obra e dos gastos gerais de fabricação; custos fixos e custos variáveis; margem de contribuição e ponto de equilíbrio, custo – volume – lucro e formação do preço de venda.

CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: Conceito, objeto e campo de atuação. Instrumentos de Planejamento: PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamento Anual. Processo Orçamentário no Rio Grande do Sul: conceitos, conteúdos, princípios orçamentários. Patrimônio Público: conceito, classificação, variações patrimoniais orçamentárias e extra orçamentárias, Mensuração de Ativos e Passivos, incorporação e desincorporação de bens. Receita Pública: conceito, classificações e estágios. Despesa Pública: conceito, classificações e estágios, regime de adiantamento, suprimento de fundos, limites constitucionais e legais da despesa. Licitação: conceito; tipos; modalidades. Créditos adicionais: conceito, classificação, condições gerais de sua ocorrência. Sistemas e Planos de Contas: conceitos, objetivo, elencos, função e funcionamento das contas, encerramento de contas, registros nos sistemas orçamentário, patrimonial, de resultados e de compensação. Lançamentos Típicos do Setor Público, Registro Contábil até o quinto dígito. Demonstrações contábeis e relatórios: conceitos, estrutura, elaboração e análise dos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais e outros demonstrativos financeiros obrigatórios na prestação de contas anuais. Prestação de contas, Controle interno e Controle externo: conceitos, prazos, sistema de controle interno, princípios do controle interno; controle externo e aspectos constitucionais do controle interno e externo.

PERÍCIAS: Planejamento e execução, procedimentos da perícia, laudo pericial, organização de um trabalho pericial, análise dos quesitos e meios de prova.

BRASIL. Constituição Federal de 1988 (atualizada até a data do edital) – Normas relativas à Tributação, à Administração Pública e ao Processo Orçamentário.

Rio Grande do Sul. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989 (atualizada até a data do edital) – Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; Título V - DAS FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO.

BRASIL- Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013. Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Lei nº 12.715/2012, de 17 de setembro de 2012 BRASIL. CFC- Conselho Federal de Contabilidade- Resolução CFC nº 1282 de 28.5.2010 e Resolução CFC nº 750/93 de 29.12.1993. BRASIL-Rio Grande do Sul. Secretaria da Fazenda.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

BRASIL. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (procedimentos contábeis orçamentários)**. 5ª edição. Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação Geral de Contabilidade, 2013. <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica>.

Leis Federais 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 11.638, de 28 de dezembro de 2007; 8.666, de 21 de junho de 1993; 8.883, de 08 de junho de 1994; 10.520, de 17 de julho de 2002; 11.941, de 27 de maio de 2009 e Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

_____. Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

ATTIE, William. Auditoria- Conceitos e Aplicações. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011. BRASIL.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria Contábil- Teoria e Prática. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2012

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FABRETTI, Lúcio Camargo. Contabilidade tributária. 12. ed., ver. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FIPECAFI. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, Eliseu Martins. Contabilidade de Custos. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTOTO, Eugenio. Contabilidade Geral Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2011.

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. NBCT 16.1 a 16.11

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de Prática Trabalhista. 47ª edição. São Paulo, Atlas, 2012

OLIVEIRA, Luís Martins de. Manual de contabilidade tributária . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, Clovis Luis; BENEDICTO, Gideon Carvalho. Análise das Demonstrações Financeiras. 3ª. ed. São Paulo: Cengage, 2010.

PADOVEZE, Clovis Luis. Manual de Contabilidade Básica- Contabilidade Introdutória e intermediária. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2012

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de. Contabilidade Avançada. 8ª edição. São Paulo. Atlas, 2012.

REIS, Arnaldo. Demonstrações Contábeis: estrutura e análise. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO. Osni M.. Contabilidade Avançada. 3ª Ed. São Paulo. Saraiva, 2012

ROSA, Maria B. Contabilidade do Setor Público. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Alexandre Alcantarada. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. Ampliado e revisto conforme Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 e Pronunciamentos do CPC.. 3ª edição São Paulo: Atlas, 2012.

ZANNA, Remo D. **Prática de Perícia Contábil**. 3ª ed. São Paulo; IOB, 2011.

06 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Licenciamento ambiental: conceitos jurídicos, normas e procedimentos. Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. Legislação ambiental federal e estadual.

Gestão ambiental. Planejamento, licenciamento e regularização ambiental. Zoneamento ambiental. Restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal. Poluição e conservação dos recursos naturais.

Solos: fatores de formação do solo. Principais classes de solos no Rio Grande do Sul e sua distribuição. Características químicas dos solos. Fatores limitantes das condições agrícolas do solo. Avaliação das terras quanto a sua aptidão agrícola e para destinação final de resíduos agrícolas. Manejo de solos. Conservação de solos. Planejamento de uso dos solos. Adubos e adubação. Calagem.

Noções de geologia do Estado do Rio Grande do Sul.

Irrigação e Drenagem.

Recursos hídricos. Uso sustentável de recursos hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos. Uso racional da água. Qualidade da água. Outorga do direito de uso da água. Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Saneamento básico. Gestão de resíduos sólidos. Condições e padrões de lançamento de efluentes. Destinação final de efluentes agropecuários.

Insumos agrícolas (sementes, mudas e agrotóxicos e afins): Legislação de sementes, mudas e agrotóxicos. Produção de sementes e mudas. Toxicologia e classificação dos agrotóxicos. Receituário agrônomo. Tecnologia e segurança na aplicação de agrotóxicos. Resíduos de agrotóxicos nos alimentos. Descarte de embalagens vazias de agrotóxicos.

Silvicultura: principais usos da madeira de reflorestamento; espécies indicadas; produção sementes e mudas; propagação vegetativa; implantação de florestas exóticas; manejo de espécies florestais.

Legislação referente à política agrícola.

Legislação referente à produção, comercialização e utilização de mudas e sementes.

Meteorologia agrícola: crescimento e desenvolvimento das plantas; radiação solar; temperatura do ar e do solo; geadas e vento nas plantas cultivadas; proteção das plantas contra efeitos adversos do tempo.

Geoprocessamento para projetos ambientais.

GPS: noções básicas de funcionamento e operação.

ALMEIDA, JOSIMAR RIBEIRO *et al.* Gestão ambiental; planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação, Rio de Janeiro, Thex Ed., 2000, 257p.

BERTONI, J.; NETO, F. L. Conservação do solo. São Paulo, Ed. Ícone. 1990, 355p.

BISCARI, G. A. **Meteorologia agrícola básica**. Cassilândia: Uni-Graf, 2007. 86 p.

BISSANI, C.A.; GIANELO, C. ; CAMARGO, F.A. O.; TEDESCO. **Fertilidade dos solos e manejo da adubação de culturas**.M. 2. ed. Porto Alegre: Gênese, 2008. 344 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual agroflorestal para a Mata Atlântica**. Brasília, 2008. 195 p.

CARNEIRO, J.G. de A. **Produção e controle de qualidade de mudas florestais**. 1995. Universidade Federal do Paraná/Curitiba PR, 1995, 451p.

FOWLER, J.A.P.; MARTINS, E.G. **Manejo de sementes de espécies florestais**. 2001. EMBRAPA-Florestas - Série Documentos. 58 Colombo. PR, 2001, 71p

GALLOTTI, G. J. M. **Doenças em viveiros florestais de Eucalyptus spp., Corymbia spp., Pinus spp. ellexparaguariensis, micorrização e estragérias de controle**. 2008 Florianópolis: Epagri, 2008. 45 p.

GOMES, A.S.; MAGALHÃES Júnior, A.M. (Org.) **Arroz Irrigado no Sul do Brasil**. Ed. EMBRAPA. Brasília, 2004. 899p.

LIMA, M.R. **Diagnóstico e recomendações de manejo do solo: aspectos teóricos e metodológicos**. Curitiba: UFPR/Setor de Ciências Agrárias, 2006. xvi, 341 p.

MEIRELLES, M.S.P.; CÂMARA, G. & ALMEIDA, C.M. **Geomática: Modelos e aplicações ambientais**. Brasília, Embrapa, 2007. p.235-280.

PEREIRA, A. R. **Como selecionar plantas para áreas degradadas e controle de erosão**. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Editora FAPI, 2008. 239 p.

ROCHA, J. A. M. R. **Livro GPS – Uma abordagem prática**, Edições Bagaço, 3ª Edição, 2002, Recife-PE.

RAMALHO-FILHO, A.; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. 3. ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPS, 1995. 65 p.

STRECK, E.V. et al. **Solos do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: EMATER/RS, 2008. v. 1. 222p.

TEDESCO, M.J.; GIANELLO, C.; ANGHINONI, I.; BISSANI, C.A.; CAMARGO, F.A.O.; WIETHOLTER, S. (Editores). **Manual de Adubação e Calagem Para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina**. Comissão de Química e Fertilidade do Solo - RS/SC. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo-Núcleo Regional Sul.. Ed. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Comissão de Química e Fertilidade do Solo, RS/SC. Porto Alegre, 394p. 2004.

ZAMBOLIM, L.; CONCEIÇÃO M.Z. SANTIAGO, T. **O que os Engenheiros Agrônomos devem saber para orientar o uso de produtos fitossanitários**. 2ª Edição. UFV. Viçosa. 2003.

BRASIL. Lei 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre Agrotóxicos, seus componentes, e afins. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Esta Lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesiva ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. Lei 9.974, de 06 de junho de 2000. Altera a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

BRASIL. LEI Nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 26 de maio de 2012. Institui o Código Florestal Brasileiro e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.153, de 23 de julho de 2004. Aprova o Regulamento da Lei Federal nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto 5.549, de 22 de setembro de 2005. Dá nova redação e revoga dispositivos do Decreto Federal nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 7.802.

BRASIL. Decreto nº 5.981, de 06 de dezembro de 2006. Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto Federal nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a

exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 237/97, de 22/12/97, que disciplina o licenciamento ambiental no Brasil. Revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 302, de 20 de Março de 2002. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 303, de 20 de Março de 2002, Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 334, de 03/04/03, que dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 357, de 17 de março de 2005 de 18/03/2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 369, de 28 de Março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.

BRASIL. Resolução CONAMA No 410, de 04 de maio de 2009. Altera o artigo 44 da Resolução nº 357/2005 e o art. 3º da Resolução nº 397/2008.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 430, de 13 de Maio de 2011. Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente .

BRASIL. Instrução Normativa MAPA nº 09, de 02 de junho de 2005. Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de sementes.

BRASIL. Instrução Normativa MAPA nº 24, de 16 de dezembro de 2005. Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de mudas.

BRASIL. Instrução Normativa Ministério Meio Ambiente No. 4, de 8 de Setembro de 2009. Regulamenta os procedimentos técnicos para o licenciamento ambiental para o uso sustentável de florestas públicas, na modalidade concessão florestal, e para a elaboração, apresentação e avaliação técnica do Relatório Ambiental Preliminar - RAP.

BRASIL. Instrução Normativa Ministério Meio Ambiente No. 5, de 8 de Setembro de 2009. Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal instituídas pela Lei nº4.771, de 15 de setembro de 1965.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 9861 de 20/04/1993, que dispõe sobre a Política Agrícola no Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Lei no 9.921, de 27/07/1993, que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos, nos termos do artigo 247, parágrafo 3º da constituição do Estado e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.520, de 03 de agosto de 2000. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto 37.033, de 21 de Novembro de 1996. Regulamenta a outorga do direito de uso da água no Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução CONSEMA Nº 167/2007, que dispõe sobre a qualificação dos municípios, atualizando os critérios e as diretrizes para o exercício da competência do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, bem como sobre a gestão ambiental compartilhada no Estado.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução CONSEMA Nº 187, de 09 de Abril de 2008. Aprova o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução nº 01 de 1997 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de 04 de Junho de 1997. Dispensa da outorga a derivação individual de água para os usos que caracterizam o atendimento das necessidades básicas da vida.

07 – ENGENHEIRO AMBIENTAL

Mudanças Globais: Chuva ácida; Camada de Ozônio; Aquecimento Global e Protocolo de Kyoto.

Meio ambiente e Sustentabilidade: Homem e natureza; Desenvolvimento Sustentável. Ecologia e Biomas Brasileiros. **Recursos Ambientais:** Ciclos Biogeoquímicos; Recursos Naturais Renováveis e não Renováveis. Legislação Ambiental. Noções de Climatologia. Noções de Hidrologia. **Sistema de Gestão Ambiental:** As normas ISO 14000; Gerenciamento Ambiental; Auditoria Ambiental; Análise de Ciclo de

Vida; Gestão Integrada do Meio Ambiente. **Monitoramento Ambiental e Controle da Poluição:** Ar; Água; Solo. Produção mais limpa e Ecoeficiência. Economia Ambiental. Planejamento Ambiental. **Avaliação de Impacto Ambiental:** Estudo de Impacto Ambiental (EIA); Relatório de Impacto Ambiental. **Licenciamento Ambiental:** Zoneamento Ambiental.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001:** Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **NBR ISO 14040:** Gestão Ambiental – Avaliação do Ciclo de Vida: princípios e estrutura. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **NBR ISO 14044:** Gestão Ambiental – Avaliação do Ciclo de Vida: requisitos e orientações. Rio de Janeiro, 2014.

BRAGA, Benedito et. Al. **Introdução a Engenharia Ambiental - O desafio do desenvolvimento sustentável.** 2º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. ISBN: 978-85-7605-041-4.

CALIJURI, Maria do Carmo e CUNHA, Davi Gasparini Fernandes. **Engenharia Ambiental – Conceitos, Tecnologia e Gestão.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ISBN: 978-85-352-5954-4.

CHEHEBE, J. R. **Análise do ciclo de vida de produtos:** ferramenta gerencial da ISO 14000. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 357.** Brasil, Ministério do Meio ambiente, 2005.

_____. **Resolução nº 375.** Brasil, Ministério do Meio Ambiente, 2006.

_____. **Resolução nº 430.** Brasil, Ministério do Meio Ambiente, 2011.

CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente. **Resolução CONSEMA nº 128.** Rio Grande do Sul, Secretaria do Meio Ambiente, 2006.

CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente. **Resolução CONSEMA nº 129.** Rio Grande do Sul, Secretaria do Meio Ambiente, 2006.

JORDÃO E. P.; PESSOA, C. A. **Tratamento de Esgotos Domésticos.** 6º ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2011.

LIBÂNIO, Marcelo – **Fundamentos de Qualidade e Tratamento de Água.** Campinas, SP: Editora Átomo, 2010.

VON SPERLING, Marcos Von – **Introdução a qualidade das águas e ao tratamento de esgotos.** Belo Horizonte. UFMG/DESA. 1995.

08 – ENGENHEIRO CIVIL

Saneamento

Abastecimento de água: Águas subterrâneas - infiltração, escoamento, propriedades hidráulicas, regimes de fluxo, escoamento em meios fraturados, tipos de aquíferos, ações mecânicas e fenômenos. Captação de águas subterrâneas.

Águas superficiais: escoamento superficial, papel da cobertura vegetal. Captação de águas superficiais. Tratamento de água para abastecimento público. Impactos ambientais e toxicidade dos lodos e rejeitos do tratamento.

Esgotamento sanitário: Características e composição dos esgotos domésticos. Sistemas de coleta unitário e separador absoluto. Infiltração de esgoto no lençol freático. Tratamento de esgotos. Características e destino final do lodo residual. Destino final do efluente tratado. Reuso da água (efluente tratado).

Resíduos sólidos urbanos: Composição quali-quantitativa dos resíduos sólidos urbanos. Processos construtivos de aterros sanitários. Impactos associados à lixívia dos aterros sanitários. Transformação e aproveitamento da fração orgânica. Processos e monitoramento da digestão anaeróbia. Monitoramento da contaminação por lixívia de aterros sanitários.

Drenagem urbana: Hidrologia urbana. Características da drenagem urbana. Tipos de erosão hídrica e efeitos em áreas urbanas. Estabilização de vales receptores. Microdrenagem urbana. Macrodrenagem. Reservatórios de retenção.

Hidrologia

Hidrologia Aplicada à Infra-estrutura Urbana (controle de cheias): avaliação de enchentes. Medidas para controle de inundação. Controle de inundações com obras hidráulicas. Zoneamento de áreas de inundação. Avaliação dos prejuízos das enchentes.

Geotecnia

Geotecnia de Aterros Sanitários: Estabilidade de taludes: escorregamentos. agentes e causas. Fatores geológicos e geomecânicos. Fatores condicionantes, métodos de investigação e de análise de estabilidade. Obras de estabilização. Rebaixamento do lençol freático

Geotecnia de Barragens:Tipos de barragens. Fatores geológicos condicionantes. Empuxo de terra. Infiltrações. Escorregamentos: agentes e causas. Causas de ruptura.

Infra-estrutura

Estradas (rodovias e ferrovias): Classificação das estradas. Problemas geológicos. Trabalhos preliminares de infra-estrutura (terraplenagem, escavação, jazidas, cortes, aterros, bota-fora). Construção da superestrutura da rodovia (sub-base, base, pavimento). Construção da superestrutura da ferrovia (base, lastros, dormentes, assentamento da linha). Escolha entre túnel e corte. Classificação e escavação, escoramento, revestimento e ventilação de túneis. Drenagem de estradas. Obras de arte correntes, muros de arrimo, passagens. Remoção de camada mole, aterros de acesso, bermas.

Hidroviás: Hidráulica fluvial: erosão, transporte e deposição de sedimentos. Tipos de canais hidroviários. Condicionantes geológicos. Questões fundamentais no projeto de obras portuárias. Canais de acesso (profundidade, largura). Obras de abrigo portuárias fluviais: métodos construtivos, acostagem. Conceituação sobre o comportamento de vazamentos de óleo. Obras de controle e aproveitamento de estuários. Controle de transporte de sedimentos.

Terminais de transporte de carga e de passageiros (vários modais): Equipamentos para movimentação de cargas. Pátios de estocagem. Terminais de contêineres e mistos. Terminais para granéis líquidos. Terminais para granéis sólidos.

Geração e transmissão de energia elétrica: Energia hidráulica - Componentes das centrais hidrelétricas. Impactos ambientais das barragens.

Energia térmica - Componentes das centrais termelétricas: a diesel, a vapor e a gás. Impactos ambientais das centrais termelétricas. Impacto ambiental da mineração do carvão: ar e água.

Transmissão de energia elétrica - Estrutura básica, tensões de transmissão. Interação obra-terreno. Condicionantes geológicos. Estruturas para as linhas de transmissão: classificação e materiais. Fundações das torres de transmissão: materiais usados, tipos, métodos construtivos.

Parcelamento do solo urbano

Definições básicas de planejamento urbano integrado. Dificuldades de implantação; Uso do solo urbano e as formas espaciais urbanas. Parcelamento; Vias, terminais e áreas de estacionamento.

ALFREDINI, P.; ARASAKI, E. **Obras e gestão de portos e costas: a técnica aliada ao enfoque logístico e ambiental.** 2ª ed. São Paulo: Edgar Blucher, 2009.

BELLIA, V.; BIDONE, E D. **Rodovias, recursos naturais e meio ambiente.** Niterói: EDUFF, 1992.

BRINA, H. L. **Estradas de ferro.** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988

CID, E. Terminais de transporte de cargas. Instituto Federal do Espírito Santo – CEFETES. **Disponível em**<[ftp://ftp.cefetes.br/cursos/transportes/EduardoCid/Terminais de cargas](ftp://ftp.cefetes.br/cursos/transportes/EduardoCid/Terminais%20de%20cargas)>**Acesso em** 07/outubro/2014.

GUIDICINI, G., NIEBLE, C. M. **Estabilidade de taludes naturais e de escavação.** 2ª ed. São Paulo: Edgar Blucher, 1984.

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS. Lei Complementar nº 434. Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA. **Disponível em**<www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm/>**Acesso em** 07/outubro/2014.

NAIME, R. H. **Gestão de resíduos sólidos: uma abordagem prática.** Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2005.

NUVOLARI, A. et al. **Esgoto Sanitário: coleta, transporte tratamento e reuso agrícola.** 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2011.

REIS, L. B.; SANTOS, E. C. **Energia elétrica e sustentabilidade.** 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

SHAMMAS, N. K.; WANG, L. K.; tradução Faria, L. C. Q. **Abastecimento de água e remoção de Resíduos.** 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013

09 – ENGENHEIRO DE MINAS

Pesquisa Mineral;

Geoestatística;

Mecânica das Rochas;

Estabilidade de Taludes;

Lavra a Céu Aberto;

Lavra Subterrânea;

Planejamento de Lavra;

Operações Mineiras;

Tecnologia de desmonte de rochas;

Caracterização Tecnológica dos Minérios;

Tratamento de Minérios;

Águas Subterrâneas;

Avaliação Econômica de Projetos de Mineração;
 Economia Mineral Brasileira;
 Gerenciamento Ambiental;
 Avaliação de Impactos Ambientais na Mineração;
 Recuperação Ambiental;
 Legislação Mineral e Ambiental;
 CURI, Denise. **Gestão ambiental**, Pearson, 2011, SP.
 FERREIRA, G.E. & ANDRADE, J.G. **Elaboração e avaliação econômica de projetos de mineração**, CT2002-149-00 Comunicação Técnica CETEM, elaborada para a 3ª Edição do Livro Tratamento de Minérios, Rio de Janeiro, 2002, disponível em: www2.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2002-149-00.pdf
 GONÇALVES, Valter G. & GIAMPÁ, Carlos Eduardo Q. **Águas Subterrâneas e Poços Tubulares Profundos**. 1 ed. São Paulo: Signus Editora, 2006.
 HARTMAN, H.L. **SME Mining Engineering Handbook**, 2ed. Colorado, EUA: SME, 1992
 HARTMAN, H.L. & MUTMANSKY, J.M. **Introductory Mining Engineering**, 2nd edition, John Wiley & Sons, Inc. ISBN 0-471-34851-1, 2002.
 HUSTRULID, W. & KUCHTA, M. **Open Pit Mine Planning and Design**, 2nd edition, Volume 1 - Fundamentals, ISBN 90-5410-183-0, 2006, 735 p.
 ISAACS, E. & SRIVASTAVA, R. 1989. **Introduction to Applied Geostatistics**, Oxford University Press, New York, USA, 600 p.
 MENDES, Judas Tadeu G. **Economia, Fundamentos e Aplicações**. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
 MOON, C.J.; WHATELEY, M.E.G. & EVANS, A.M. **Introduction to Mineral Exploration**, 2nd Edition, Blackwell Publishing, 2006, ISBN 13: 978-1-4051-1317-5.
 NOER, Renato. **Mina uma questão de economia**, UFRGS, 1984.
 PEREIRA, Ronaldo M. **Fundamentos de prospecção mineral**, Interciência, 2003.
 POLETO, Cristiano. **Introdução ao gerenciamento ambiental**, Interciência, 2010, RJ.
 PINTO, Uile Reginaldo. **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental**.
 SANCHÉZ, L.E. **Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos**, 2ª edição, ISBN 978-85-7975-090-8, Brasília, DF, 2010, 584 p.
 SILVESTRE, M. **Mineração em área de preservação permanente: intervenção possível e necessária**, Signus Editora, São Paulo, 2007, 153 p., ISBN 978-85-87803-36-8.
 VALADÃO, George Eduardo Sales e ARAÚJO, Armando Correa de. **Introdução ao tratamento de minérios**, Editora UFMG. 2007.

10 – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Segurança no Trabalho: Evolução: aspectos políticos, econômicos e sociais. Fatores Humanos e Organizacionais da Segurança Industrial. Acidentes de trabalho: Investigação de acidentes do trabalho pelo Método de Árvore de Causas.

Legislação de segurança do trabalho. Legislação previdenciária aplicada ao acidente do trabalho. Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e Aposentadoria Especial. Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações: Segurança máquinas e ferramentas e com caldeiras e vasos de pressão. Elevação e transporte de materiais. Riscos e prevenção de acidentes em obras de construção, demolição e reforma. Os perigos elétricos, seu controle e primeiros socorros. Proteções coletiva e individual.

Higiene do Trabalho: Conceito e classificação dos riscos ocupacionais – agentes físicos, químicos e biológicos. Objetivos da higiene ocupacional. Limites de Exposição para substâncias químicas. Agentes físicos. Ruído e vibrações. Iluminação. Temperaturas extremas (calor e frio). Radiações ionizantes e não ionizantes. Pressões Anormais (Hiperbárica e Hipobárica). Aerodispersóides, gases e vapores. Medidas de controle dos riscos ocupacionais. Ventilação e exaustão. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Proteção Respiratória (PPR) e Programa de Conservação Auditiva (PCA). Agentes biológicos.

Doenças Profissionais ou do Trabalho: Agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Toxicologia. Índices Biológicos de Exposição. Lesões Por Esforços Repetitivos.

Legislação: Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977. Normas Regulamentadoras (NR 1 a 36) aprovadas pela Portaria 3214, de 8 de junho de 1978 (e suas alterações). Lei nº 8212 e 8213, de 24 de julho de 1991. Decreto 3048, de 06 de maio de 1999 (e suas alterações).

Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho: Diretrizes sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho.

Ergonomia: Aplicação da Norma Regulamentadora 17. Comentários sobre a NR 17. Exigências do trabalho. Exigências referentes ao organismo humano: posturas, movimentos, gastos energéticos. Fisiopatologia do trabalho muscular. A postura em pé. A posição sentada. A seleção do assento. Equação do NIOSH para levantamento manual de cargas.

Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndios nas edificações e área de risco de incêndio no estado do Rio Grande do Sul.

ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho. 73ª edição. Editora Atlas, 2014.

DANIELLOU, F., Simard, M. e Boissières, I. (2010). Fatores Humanos e Organizacionais da Segurança Industrial: um estado de arte.. Disponível em: http://www.icsi-eu.org/docsi/documents/24/csi1307-fhos_portugais2.pdf

BINDER, M.C. et al. Árvore de Causas – Método de Investigação de Acidentes de Trabalho. 3ª edição. Editora Limiar, 2000.

SALIBA, T.M. Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA - Avaliação e Controle dos Riscos Ambientais. São Paulo: LTr., 5ª edição. 2014.

SHERIQUE J. Aprenda como fazer: demonstrações ambientais, PPRA, PCMAT, PRG, LTCAT, Laudos Técnicos, PPP. Custeio da Aposentadoria Especial. 6ª edição. LTr, 2010.

SPINELLI, Robson et al. Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. 5ª edição Editora SENAC. São Paulo. 2010.

FUNDACENTRO. Normas de Higiene Ocupacional (NHO): números 01 (2001), 06 (2001), 08 (2009), 09 (2013) e 10 (2013). São Paulo. Disponível em:

<http://fundacentro.gov.br> (Normas de Higiene Ocupacional).

FUNDACENTRO. Diretrizes sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. São Paulo. 2005. Disponível em:

http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/safework/pub/diretrizes_sobre_gestao_364.pdf

Manual de Aplicação da Norma Regulamentadora No 17 (2002). Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:

http://www.mte.gov.br/seg_sau/pub_cne_manual_nr17.pdf

Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndios nas edificações e área de risco de incêndio no estado do Rio Grande do Sul. Lei Complementar número 14.376, de 26/12/2013.

11 – ENGENHEIRO FLORESTAL

Dendrologia; Fitosociologia, Ecossistemas florestais; Climatologia Agrícola; Pedologia, Solos Manejo e Conservação; Sementes e Viveiros Florestais; Silvicultura de exóticas e nativas; Métodos Silviculturais; Sistemas Agrossilvopastoris; Dendrometria; Inventário Florestal; Manejo Florestal; Avaliação de Florestal, Produtos não madeireiros, Economia Florestal; Unidades de Conservação, Defesa Fitossanitária, Política e Legislação Agrária e de Recursos Hídricos; Tecnologia e Utilização de Produtos Florestais; Política e Legislação Ambiental e Florestal; Topografia, Cartografia; Fitogeografia do RS; Pragas e Doenças Florestais; Avaliação de Impactos Ambientais; Sistema de informações Geográficas; gestão ambiental; ecossistemas; impactos ambientais; desenvolvimento e tecnologia sustentáveis; processos produtivos; geoprocessamento aplicado à análise ambiental. Fauna do RS.

ANDRAE, F. H. Ecologia Florestal. Santa Maria: Ed. UFSM, 1978.230P.

BELTON, William. Aves Silvestres do Rio Grande do Sul. 4ª edição revisada e atualizada. 2004. 175p.105 ilustrações.

Avaliação do Estado de Conservação de Espécies de Fauna – RS – 2012/2013. Disponível em http://www.liv.fzb.rs.gov.br/livcpl/?id_modulo=1&id_uf=23 Acesso em 17 de novembro de 2013.

Apostila do curso de técnicas de prevenção e combate a incêndios florestais . CODEVASF\PDFLO-PI. STCP. 2010. 44p

Apostila do curso Técnicas Plantio de Florestas. CODEVASF\PDFLO-PI. STCP. 2009. 34p

Apostila do curso de Produção de Mudanças Florestais. CODEVASF\PDFLO-PI. STCP. 2009. 58p

Apostila Técnicas de Manejo Florestal. CODEVASF\PDFLO-PI. STCP. 2009. 59p

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais – Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Do Meio Ambiente – Art. 225).

BRASIL. Resolução Nº205, de 30/09/1971 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, publicado no Diário Oficial de 23/11/71, que apresenta o Código de Ética profissional do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e alterações. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e alterações. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e alterações. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e alterações. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e alterações. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e alterações. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e alterações. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

Brasil. Decreto nº 8.235, de 05 de maio de 2014. Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental, e dá outras providências.

Brasil. Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 428 de 17 de dezembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 5.197 de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

BRASIL. Decreto Federal Nº 6.660, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2008. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

BRASIL. Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A.M.; D'ALGE, J.C. Introdução à Ciência da Geoinformação. São José dos Campos, INPE. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>>. Acesso em: 07/11/2013.

CAMPANILI, M. & SCHAFER, W. B. Mata Atlântica: manual de adequação ambiental. Brasília: MMA/SBF, 2010. Coletânea de Legislação Ambiental. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul disponível em http://www.mprs.mp.br/ambiente/coletanea_legislacao/leg_topico.htm?idtopico=58, Acesso em 17 de maio de 2014.

Evolução da Lei Ambiental Brasileira. Brasília: Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 10 outubro de 2014.

FINGER, C.A.G. Fundamentos de biometria florestal.-UFSC/CEPEF/FATEC, 1992.269 P.

FITOGEOGRAFIA do Sul da América. Ciência & Ambiente, Santa Maria, 2002. n. 24, jan/jul.

GOODCHILD, F., MAGUIRE, D. J., LONGLEY, P. A., RHIND, D.W. 2012. Sistemas e Ciência da Informação Geográfica. Editora: Bookman. 3ª Ed. 540p

Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Rio Grande do Sul. MMA/DPP-RS/DRNR/INCRA-RS-MA/DPP-AS/DRNR.1973. 431p.

LIMA, Walter de Paula. A silvicultura e a água: ciência, dogmas, desafios. Rio de Janeiro : Instituto BioAtlântica, 2010. 64 p. : il. color- (Cadernos do Diálogo ; v. 01).

MANUAL PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: Matas Ciliares do Interior Paulista. São Paulo: Instituto de Botânica, 2006.

MARCHIORI, J. N. C. Fitogeografia do Rio Grande do Sul – Campos Sulinos. Est. Edições.

MARTINS, S.V. (Org.) . Restauração ecológica de ecossistemas degradados. 1. ed. Viçosa ,MG :Editora UFV,2012.v. 1. 293p.

MARTINS, S.V. Restauração florestal em Áreas de Preservação Permanentes e Reserva Legal. 1 .ed.Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas, 2010.v. 1. 316p.

MAY, Peter Herman; TROVATTO, Cássio Murilo Moreira (Coords.). Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, 2008. “Disponível em: http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Manual_Agroflorestal.pdf”. “Acesso em: 15/05/2014”.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Texto, 2007.

MIRANDA, José Iguelmar. Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas. 2. ed. rev. atual. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2010.425p.

NETTO, S. P.& BRENA, D. A. Inventário Florestal. Curitiba, 1997. 316p.

NEXUCS (Org.). Unidades de Conversação no Brasil: o caminho da gestão para resultados. São Carlos: RiMa, 2012.

NOGUEIRA, R.E. Cartografia: Representação, comunicação e visualização de dados espaciais. UFSC, 2008.

PÁDUA, C. B. V.&CHIARAVALOTTI, R.M. Silvicultura e biodiversidade [coordenação: Miriam Prochnow]. Rio do Sul, SC : APREMAVI, 2012.64 p. : il. color. ; 21 x 30 cm. – (Cadernos do Diálogo ; v. 4) Perspectivas sistêmicas para a conservação e restauração ambiental: do pontual ao contexto / Deisy Regina Tres, Ademir Reis . –1. ed. - Itajaí : Herbário Barbosa Rodrigues, 2009, 374 p.: il.

PILLA, Valério De Pata...[etal.].Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade. Editores _ Brasília:MMA,2009.403p.

PLANO NACIONAL DE SILVICULTURA COM ESPÉCIES NATIVAS E SISTEMAS AGROFLORESTAIS\– PENSAF MMA - MAPA - MDA – MCT-BRASÍLIA–Março\ 2007.http://lcf.esalq.usp.br/prof/luciana/lib/exe/fetch.php?media=ensino:graduacao:plano_nacional_de_silvicultura.pdf acesso em 20 de maio de 2014.

RS. Decreto nº 34.256, de 02 de Abril de 1992. Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e da outras providências

RS. Decreto Estadual nº 38.814, de 26 de Agosto de 1998. Regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC e dá outras providências.

RS. Lei Estadual n.º 10.350, de 30 de dezembro de 1994.Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

RS. Lei nº 11.520 de Agosto de 2000. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RS. Decreto nº 34.256, de 02 de Abril de 1992. Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e da outras providências

RS. Decreto Estadual nº 38.814, de 26 de Agosto de 1998. Regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC e dá outras providências.

RS. Relatório Final do Inventário Florestal Contínuo. UFSM, 2001.325p

RS. Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992 e suas alterações. Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RS. SEMA. DEFAP. Diretrizes ambientais para restauração de matas ciliares. Porto Alegre, 2007.

RS. SEMA. Resolução CONSEMA Nº 227/2009. Aprova alterações do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul de que trata a Resolução CONSEMA nº 187, de 09 de abril de 2008 e dá outras providências.

RS. Atlas Econômico- Produtos de Silvicultura.- Meio ambiente- Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação cidadã.
http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=819&cod_menu=817&tipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1508 acesso em 19 de maio de 2014

SANCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de Impacto Ambiental. Editora Oficina de Textos, 2013. 544pg

SCHNEIDER, P.R. Manejo Florestal: planejamento da produção florestal. CEPEF/FATEC, 613p

SCHNEIDER, P.R., SCHNEIDER, P.S.P. Introdução ao Manejo Florestal. FACOS\UFSM/FATEC, 566 p.il.

Seling Irene. Economia Florestal – Gerenciamento e Administração – Management, 2001.82p
<http://coral.ufsm.br/dcfl/seriestecnicas/serie3.pdf>

SOBRAL, M.; JARENKOW, J.A.; BRACK, P.; IRGANG, B.; LARocca, J.; RODRIGUES, R.S. 2006. Flora arbórea e arbórescente do Rio Grande do Sul, Brasil. Ribeiro Martins , São Carlos. 350 p. Souza, V.C. &Lorenzi, H. 2005. Botânica

STRECK et al.. Solos do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: EMATER/RS, 2008. v. 1.

TUCCI, C.E.M; CARLOS A.M. Avaliação Integrada de Bacia Hidrografia. MMA, 2005.

TUCCI, Carlos, E. M. Hidrologia: Ciência e Aplicação, 4. ed., Editora Brochura, 2007.

Vianello, R. L.; A. R. Alves, 2000: *Meteorologia básica e aplicações*. Editora UFV. 449 pp. 4. Stull, R. P., 2000

ZANZINI, Antônio Carlos da Silva; ALEXANDRINO, Eduardo Roberto. Levantamento, análise e diagnóstico da fauna de aves silvestres em estudos ambientais. Lavras: UFLA/FAEPE, 2008 – 1ª Ed.

www.ambientebrasil.com.br

www.ambiente.sp.gov.br

www.ana.gov.br

www.embrapa.gov.br

www.fepam.gov.br

www.ibama.gov.br

www.ibge.gov.br

www.ipef.br

www.mma.gov.br

www.mapa.gov.br

www.mprs.mp.br

www.nucleoestudo.ufla.br

www.rs.gov.br

www.sema.rs.gov.br

www.seplag.rs.gov.br

www.sbs.org.br

www.ufsm.br/cienciaflorestal

www.ufv.br

12 – ENGENHEIRO QUÍMICO

Programa

Fenômenos de Transporte: Equação da continuidade; Equação da conservação da quantidade de movimento; Equação de Bernoulli para escoamentos invíscido e viscoso: suas várias formas e aplicações, Lei de Fourier para a difusão de calor e Lei de Fick para a difusão de massa; Difusão de calor e massa unidimensional em estado estacionário e transiente; Transferência de calor e massa por convecção forçada em escoamentos externos e internos; Trocadores de calor.

Tratamento de Águas: Clarificação; Desmineralização; Águas de refrigeração; Controle de Qualidade de Águas.

Processos de Tratamento de Efluentes: Caracterização de Efluentes Líquidos.

Tratamento Preliminar de Efluentes

Filtração: Coagulação; Floculação; Flotação; Sedimentação.

Processos Biológicos de Tratamento de Efluentes: Morfologia e composição dos aglomerados microbianos; Processos aeróbios; Processos anaeróbios; Lagoas de Estabilização.

Processos Avançados de Tratamento de Efluentes: Remoção de nutrientes; Adsorção; Troca iônica; Processos oxidativos; Micro e ultrafiltração; Osmose inversa.

Lodos de esgotos: Tratamento e disposição final.

Cálculo de Reatores: Cinética Química; Dimensionamento de Reatores Químicos Homogêneos; Isotérmicos; Dimensionamento de Reatores Químicos Homogêneos não Isotérmicos; Princípios de catálise.

Gestão, Política e Leis Ambientais: Avaliação de impactos ambientais; Padrões de emissões de efluentes líquidos; Controle de qualidade do ar; Classificação de resíduos sólidos.

Bibliografia

REYNOLDS, T.D. e RICHARDS, P.A. **Unit Operations and Processes in Environmental Engineering**, PWS Publishing Company, 2nd edition, 1982.

FOUST, A.S. et all. **Princípios das Operações Unitárias**. Guanabara Dois, 1982.

MCCABE, W.L. and SMITH, J.C; HARRIOT, P. **Unit Operations of Chemical Engineering**, McGraw-Hill, 2000.

C. J. GEANKOPLIS, “**Transport Processes and Separation Processes Principles**”, 4ª ed., Prentice Hall, 2003.

FOX, Robert W.; PRITCHARD, Philip J.; MCDONALD, Alan T. **Introdução à Mecânica dos Fluidos**. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2010.

INCROPERA, F.P.; DE WITT, D.P. **Fundamentos de Transferência de Calor e Massa**. LTC - Livros Técnicos e Científicos S.A., 2003.

WELTY, J.R.; WICKS, C.E; WILSON, R.E. **Fundamentals of Momentum, Heat and Mass Transfer**. John Wiley & Sons, Inc., 2001.

FOGLER, H.S. **Elementos de Engenharia das Reações Químicas**. 4a Ed. LTC, Rio de Janeiro, 2009.

LEVENSPIEL, O. **Engenharia das Reações Químicas**. 3a Ed. Edgard Blücher, São Paulo, 2000

DI BERNARDO, L. e DANTAS, A. Di B. **Métodos e Técnicas de Tratamento de Água**. Rima Editora, 2005. V. 1.

NCLEVERSON V. Andreoli; VON SPERLING, M.; FERNANDES, F. **Lodo de esgotos: tratamento de disposição final**. FCO, 2001.

BAIRD, Colin. **Química Ambiental**. 2ª ed. Porto Alegre. Bookman, 2002.

BARSAÑO, P. R.; BARBOSA, R. P. **Gestão Ambiental**. Editora Érica, São Paulo, 2014.

BITTENCOURT, C.; DE PAULA, M. A. S. **Tratamento de Água e Efluentes – Fundamentos de Saneamento Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos**. Série Eixos. Editora Érica, São Paulo, 2014.

CREMASCO, M. A. **Fundamentos de Transferência de Massa**. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2009.

ÇENGEL, Yunus A. **Transferência de Calor e Massa: Uma Abordagem Prática**, 3ª Edição. São Paulo, SP: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., 2009.

13 – GEÓGRAFO

Evolução do Pensamento Geográfico

Identificação e aplicação de conceitos chave: espaço, paisagem, natureza, região, território e lugar.

Categorias de análise no planejamento e organização territorial: forma, processo, estrutura, processo, rede e evento.

Sustentabilidade ambiental.

Legislação ambiental e ordenação territorial

Impacto ambiental urbano e rural.

Planejamento socioambiental; regional, urbano e rural.

Manejo e monitoramento ambiental; projetos de preservação e recuperação do espaço natural.

Geoprocessamento, monitoramento, planejamento e ordenamento ambiental integrado.

AB'SABER, Aziz Nacib e PLANTEMBERG, Clarita M. **Previsão de Impactos**. São Paulo. Edusp, 2002.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. Florianópolis. Ed. UFSC, 2000.

CORRÊA, Roberto L. A Rede Urbana Princípios. Rio de Janeiro. Ed. Ática 1989.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em Sensoriamento Remoto**. São Paulo. Ed. Oficina de Textos, 2007.

FRANCO, Maria de A. Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável**. São Paulo: edfurb, 2001.

GUERRA, Antonio José Teixeira e CUNHA, Sandra B. da. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2005.

GUERRA, Antonio José Teixeira e CUNHA, Sandra B. da. **A Questão Ambiental - Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2007.

JENSEN, JOHN R. **Sensoriamento Remoto do Ambiente**. São Paulo. Ed. Parêntese, 2009.

MENEGAT, RUALDO E ALMEIDA, GERSON. **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades** Estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2004.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**. Ensaios de História, Epistemologia e Ontologia do Espaço Geográfico. São Paulo. Ed. Contexto, 2007.

MOREIRA, Ruy. Para Onde Vai o Pensamento Geográfico? Por uma Epistemologia Crítica. São Paulo. Ed. Contexto, 2006

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil - Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro. Ed. Record 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**. Uma Introdução Crítica ao Planejamento e Gestão Urbanas. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2006.

VENTURA, L.A.B. (org). **Praticando Geografia: Técnicas de Campo e Laboratório**. São Paulo. Ed. Oficina de Textos, 2009.

VEYRET, Yvette. (org) **Os Riscos**. O homem como agressor e vítima do meio ambiente. (Tradutor Dílson Ferreira da Cruz). São Paulo, Ed. Contexto, 2007.

Lei Federal nº 10.257/2001. Estatuto das Cidades

Lei Federal nº 6938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente

Lei Federal nº 11.445/2007 – Plano Nacional de Saneamento Básico

Resolução CONAMA nº 237/1997

Lei Federal nº 9985/2000- Sistema Nacional de Unidades Conservação da Natureza

Lei Federal Complementar nº 140/2011 – Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência

comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Lei Federal nº 9795/1999 – Política Nacional de Educação Ambiental

Lei Federal nº 12.651/2012 – Novo Código Florestal

Lei Estadual nº 11.520/2000 – Código Estadual do Meio Ambiente

14 – GEÓLOGO

A Terra: Origens, Sistema Solar, Litosfera. **Sistemas Geológicos:** Sistema hídrico, Sistema tectônico, Ciclos geológicos. **Materiais Geológicos:** Minerais, Rochas Ígneas, Sedimentares e Metamórficas. **Processos Geológicos:** Erosão e Sedimentação. **Dinâmica Interna da Terra:** Vulcanismo, Terremotos, Plutonismo. **Geologia Estrutural:** Falhas, Juntas, Dobras, Discordâncias. **Tempo Geológico:** Eras, Período. **Mapas Geológicos:** Características, Mapa-base, Tipos de mapas, Usos, Interpretação. **Geotecnia:** Ensaios geotécnicos e sedimentológicos. **Hidrogeologia:** Águas Subterrâneas, Balanço hídrico, Porosidade, Infiltração, Aquíferos, Rede de fluxo, Vulnerabilidade de aquíferos, Captação de água subterrânea (Métodos construtivos de poços, Hidráulica de poços, testes de bombeamento, interpretação de testes de bombeamento), Hidroquímica, Contaminação das águas subterrâneas, Pesquisa de Água Subterrânea (tipos de estudos e métodos), Usos de modelos em hidrogeologia. **Geoprocessamento:** Técnicas de geoprocessamento, Conceitos cartográficos, Modelo Numérico do Terreno, geoprocessamento e os recursos hídricos. **Geofísica:** Métodos geofísicos, fundamentos dos métodos gravimétrico, magnético, radioativo, elétricos, eletromagnéticos e sísmicos. Emprego dos métodos geofísicos em mapeamentos geológicos, geotécnicos e de águas subterrâneas. **A Geologia e a Legislação ambiental no Brasil e no Rio Grande do Sul.**

BRADY, Nyle C.; WEIL, Ray R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos.** Porto Alegre: Bookman, 2013. xiv, [16], ISBN 9788565837743

DAS, Braja M. **Fundamentos de engenharia geotécnica.** São Paulo: Thomson, 2007.. ISBN 85-221-0548-0

FIORI, Alberto Pio; CARMIGNANI, Luigi. **Fundamentos de mecânica dos solos e das rochas:** aplicações na estabilidade de taludes. Curitiba: Ed. UFPR, 2009.. (Pesquisa; 129) ISBN 9788573352122

LONGLEY, Paul A.; GOODCHILD, Michael F.; MAGUIRE, David, J. RHIND, David W. **Sistemas e ciência da informação geográfica.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. xx. ISBN 9788565837699

KEAREY, Philip; BROOKS, Michael; HILL, Ian. **Geofísica de exploração.** São Paulo: Oficina de Textos, 2009. ISBN 9788586238918

MACIEL FILHO, Carlos Leite. **Introdução à geologia de engenharia.** 2. ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

MATOS, João. **Fundamentos de informação geográfica.** 6. ed. Lisboa: Lidel, 2008. xiii. (Geomática) ISBN 9789727575145

PINTO, Carlos de Sousa. **Curso básico de mecânica dos solos:** em 16 aulas. 3. Ed. São Paulo: Oficina de Textos, c2006. ISBN 8586238511

PINTO, Nelson L. de Sousa; HOLTZ, Antônio, C. T.; MARTINS, José, A.; GOMIDE, Francisco L. S. **Hidrologia básica.** São Paulo: E. Blücher, 2014. ISBN 978-85-212-0154-0

POMEROL, Charles; LAGABRIELLE, Yves; RENARD, Maurice; GUILLOT, Stéphane. **Princípios de geologia:** técnicas, modelos e teorias. 14. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. xviii. ISBN 9788565837750

ROHDE, Geraldo Mario. **Geoquímica ambiental e estudos de impacto.** 4. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. ISBN 9788579750809

SUGUIO, K. **Geologia Sedimentar.** 1. ed. 4 imp. São Paulo: Edgard Bücher Ltda., 2012. ISBN 9788521203179

TEIXEIRA, Wilson; TOLEDO, Maria C. M. de; FAIRCHILD, Thomas R.; TAOLI, Fábio (Org.). **Decifrando a Terra.** São Paulo: Oficina de Textos, 2000-2001. viii. ISBN 85-86238-14-7

BRASIL, **Constituição Federal de 05/10/1988.** Disponível em: <<http://www.dnrm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=380>>. Acesso em 28/09/2014.

BRASIL, **Código de Mineração: Decreto Lei Nº. 227 de 28/08/1967.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0227.htm>. Acesso em 28/09/2014.

BRASIL, **Código de Águas Minerais: Decreto-Lei Nº 7841 de 8 de agosto 1945.** Disponível em: <<http://www.dnrm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=3>>

Acesso em 28/09/2014.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 4146, de 4 de março de 1942.** Disponível em: <<http://www.dnrm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=2>>

Acesso em 28/09/2014.

MACHADO, José L. F. **Compartimentação espacial e arcabouço hidroestratigráfico do Sistema Aquífero Guarani no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/compartimentacao_espacial.pdf>. Acesso em 22/09/2014.

SILVA, C. R. (Ed.). **Geodiversidade do Brasil**: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. 264 p. ISBN 9788574990699.

Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/geodiversidade_brasil.pdf>. Acesso em 28/09/2014

VIERO, Ana C.; SILVA, Diogo R. A. da (Org.). **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CPRM, 2010. 212, [38] p. ISBN 9788574990835. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/Geodiversidade_RS.pdf> Acesso em 22/09/2014.

Lei Federal Nº. 6766 de 19 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm> Acesso em 29/09/2014.

Lei Federal Nº. 12651 de 25 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12651-25-maio-2012-613076-norma-pl.html>> Acesso em 29/09/2014.

Lei Estadual Nº. 10.116 de 23 de março de 1994. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/ambiente/legislacao/id1918.htm>> Acesso em 29/09/2014.

15 – HIDRÓLOGO

A Lei Estadual 10350/94. A Lei Federal 9433/97 e suas alterações. A Lei Federal 9.984/2000. A Lei Federal 10.881/2004. A Lei Federal 12.234/2010. O Código das Águas de 1934 (Decreto Federal 24.643/34). Bacia Hidrográfica: definições e parâmetros hidrológicos principais. Variáveis climatológicas: precipitação e evapotranspiração – conceitos básicos e métodos de obtenção dos valores necessários. Balanço hídrico climatológico. Escoamento superficial: definições e parâmetros necessários para a caracterização do regime hidrológico de uma bacia. Escoamento em rios e reservatórios. Medição de vazão: métodos de obtenção dos valores do escoamento. Hidrograma. Regionalização de vazões. Regularização de vazões. Vazões referenciais. Capacidade de depuração dos corpos hídricos. Enquadramento dos cursos d'água em função da qualidade: legislação, parâmetros básicos de qualidade e divisão dos corpos d'água. Atribuições institucionais no processo de enquadramento. A Resolução CONAMA 357/2005. A Resolução CONAMA 430/2011. A PORTARIA Nº 2.914, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

Resoluções CONSEMA 01/98, 128/06 e 129/06. Conflitos pelo uso de água: quantitativos e qualitativos. Critérios para instalação de redes de monitoramento quali-quantitativo. Tipos de modelos matemáticos utilizados em hidrologia.

Hidrologia para engenharia e ciências ambientais. Walter Collischonn, Fernando Dornelles. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), 2013. 336p. : II. (Coleção ABRH ; 12) ISBN : 978-85-8868-634-2

Hidrologia: ciência e aplicação / organizado por Carlos E. M. Tucci. – 4 ed. – Porto Alegre : Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), 2013. ISBN 978-85-7025-924-0

Hidrologia estatística. / Mauro Naghettini; Éber José de Andrade Pinto. – Belo Horizonte: CPRM, 2007. 552 p. ISBN 978-85-7499-023-1

Modelos hidrológicos. Carlos E. M. Tucci. – 2 ed. revista e ampliada– Porto Alegre : Editora da UFRGS/ABRH, 2005. ISBN 85-7025-823-2

Lei Federal 9.433/97 e suas alterações

Lei Estadual 10.350/94

Brasil. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução 357/2005

Brasil. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução 430/2011

Rio Grande do Sul. Resolução CONEMA 01/98, 128/2006 e 129/2006.

16– MÉDICO VETERINÁRIO

Ética Veterinária; conduta profissional.

Controle de vetores, roedores, reservatórios e animais peçonhentos.

Epidemiologia; séries cronológicas; estimativa de população; mortalidade; morbidade; diagnóstico, manejo; profilaxia e controle de zoonoses.

Zoonoses: Raiva, Dengue, Leptospirose, Hantavirose, Toxoplasmose, Leishmaniose Cutânea, Leishmaniose Visceral.(LVA), Febre Amarela, Tuberculose, Brucelose, Doença de Chagas, Cisticercose, Hidatidose, Tétano, Encefalomielite, Esquistossomose, Febre Maculosa.

Saneamento, tratamento e abastecimento de água; esgotamento sanitário; coleta e destinação de resíduos sólidos; drenagem de águas pluviais.

Inspeção de produtos de origem animal; BPF; análises microbiológicas e físico-químicas de produtos de origem animal; doenças transmitidas por alimentos.

ACHA, P.N. & SZYFRES, B. Zoonosis y enfermedades transmisibles comunes al hombre y a los animales. Washington:Organización Panamericana de la Salud, 1989. Disponível em: http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=19161&Itemid=. Acesso em 07/10/14.

BENENSON, A. S. El control de las enfermedades transmisibles en el hombre. 15. Ed. Washington, Dc.:Ops/OMS, 1992.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Resolução RDC n 306, de 07 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/10d6dd00474597439fb6df3fbc4c6735/RDC+N%C2%BA+306,+DE+7+DE+DEZEMBRO+DE+2004.pdf?MOD=AJPERES>> Acesso em: 07/10/14.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT). ABNT NBR 10004: 2004. Resíduos Sólidos - Classificação. Rio de Janeiro; ABNT; 2004. Disponível em: <<http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf>>. Acesso em: 07/10/2014

BRASIL. Ministério da Agricultura. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Brasília - DF, 1997. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf>. Acesso em: 07/10/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2001. 120 p. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manu_peconhentos.pdf>. Acesso em: 07/10/2014 Código de Ética do Médico Veterinário. Disponível em <http://www.crmvrs.gov.br/codigo_etica_med_vet.pdf>. Acesso em 03/10/2003.

CORRÊA, Walter Maurício; CORRÊA, Célia N. Maurício. Enfermidades infecciosas dos mamíferosdomesticos. SaoPaulo : J.M. Varela, 1979.

ORDÓÑEZ, Juan A. Tecnologia de alimentos - componentes dos alimentos e processos. Porto Alegre:Artmed, 2005.

PINTO, Paulo Sérgio de Arruda. Inspeção e Higiene de Carnes. Viçosa,MG: Ed. UFV, 2008.

QUINN, P. J.; MARKEY, B. K.; CARTER, M.E., DONNEILY, W. J. C.,

LEONARD, F. C.; MIGUIRE, D. Microbiologia veterinária e doenças infecciosas. Porto Alegre:Artmed, 2005.

SILVA, Neusely da; JUNQUEIRA, Valéria; SILVEIRA, Neliane; TANIWAKI, Marta; SANTOS, Rosana; Gomes. Manual de métodos de análises microbiológicas de alimentos e águas. 4 ed. São Paulo:Editora Varela, 2013.

17 – QUÍMICO

Química Geral: Substâncias puras e misturas. Processos de separação de misturas. Estequiometria. Soluções. Gases.

Química Inorgânica: Estrutura Atômica. Classificação Periódica. Ligações Químicas. Estrutura Molecular. Forças Intermoleculares. Propriedades dos Sólidos. Compostos de Coordenação. Conceitos Ácido/Base. Catálise.

Química Analítica: Amostragem e Preparação da Amostras. Volumetria de: Neutralização, Precipitação, Complexação e Oxi-redução.

Análise Instrumental: Espectroscopia Atômica. Potenciometria. Cromatografia Gasosa e Líquida. Espectroscopias: UV, visível e IV.

Físico-Química: Termodinâmica Química. Equilíbrio Químico. Equilíbrio Iônico de Solubilidade. Equilíbrio Iônico Ácido/Base. Eletroquímica. Cinética Química.

Química Orgânica: Funções Orgânicas e Propriedades. Principais Reações de Compostos Orgânicos. Isomeria. Polímeros.

Química Ambiental: Principais Poluentes: metais pesados, organoclorados, poliaromáticos, pesticidas, fertilizantes, detergentes, material particulado, gases etc. Principais Métodos de Tratamento de Efluentes Industriais. Poluição Atmosférica.

Tecnologia Orgânica e Inorgânica: Carvão. Vidros. Cerâmicas. Cimento. Indústria de compostos Inorgânicos. Tintas. Óleos, Gorduras e Ceras. Sabões e Detergentes. Plásticos. Borracha. Polpa e Papel. Refinação do Petróleo.

Fundamentos de Operações Unitárias: Adsorção. Lixiviação. Cristalização. Centrifugação. Filtração. Destilação. Extração Líquido-Líquido.

ATKINS,P.; Jones, L. **Princípios de Química – Questionando a vida Moderna e o Meio Ambiente.** 3ª Edição, Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 2006.

BROWN, T.L.; LeMAY, H.E.Jr.; BURSTEN, B.E.; BURDGE, J.R. **Química cia Central.** 9ª Edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

BARROS, H.L.C. **Química Inorgânica, uma Introdução.** Belo Horizonte: UFMG, 1992.

HUHEEY, J.E. **Inorganic Chemistry.** New York: Harper Collins, 1983.

HARRIS, D.C. **Análise Química Quantitativa.** Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos Científicos Editora S.A., 2005.

SKOOG, D.A.; WEST, D.M.; HOLLER, F.J.; CROUCH, S.R. **Fundamentos de Química Analítica.** Tradução da 8ª Edição, São Paulo: Thomson, 2007.

SKOOG, D.A.; HOLLER, F.J.; NIEMAN, T.A. **Princípios de Análise Instrumental.** 5ª Edição, Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 2002.

ATKINS, P.W. **Physical Chemistry.** London: Oxford University Press, 1982.

SOLOMONS, T.W.G. **Química Orgânica.** 7ª Edição, Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2001.

MANAHAN, S. **Environmental Chemistry.** 7ª Edição, London: Lewis Publishers, 1999.

SHREVE, R.N.; BRINK Jr., J.A.. **Industria de Processos Químicos.** 4ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois S.A., 1980.

POMBEIRO, A.J.L.O. **Técnicas e Operações Unitárias em Química Laboratorial.** 4ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

18 – SOCIÓLOGO

Pensamento sociológico clássico e contemporâneo; Método na pesquisa sociológica; Análise sociológica das questões e problemas ambientais; Avaliação sociológica de impacto ambiental. Globalização e risco ambiental; Movimentos Sociais, meio ambiente e cidadania.

Agenda 21. Rio de Janeiro, 1992

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

CARMO, Roberto do, VALENCIO, Norma (orgs). Segurança Humana no contexto dos desastres. São Carlos: RiMa Editora, 2014. Disponível em http://www.ufscar.br/neped/pdfs/livros/SegurancaHumana_e-book.pdf. Acesso em: 13 de out. 2014.

Declaração do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

GUATTARI, Félix. As Três Ecologias. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012. 21ª. Edição

GUIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole: o que a globalização ta fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GUIDDENS, Anthony. Sociologia. Tradução Sandra Regina Netz. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HANNIGAN, John. Sociologia ambiental. Tradução da Annahid Burnett. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: [WWW.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORIN, Edgar, KERN, Anne Brigitte. Terra Patria. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de Impacto ambiental: conceitos e métodos. 2ª Ed. São Paulo: Oficina de Texto, 2013

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. Por outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VALENCIO, Norma (org). Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2013. Vol.III. Disponível em http://www.ufscar.br/neped/pdfs/livros/E_Book_SociologiaDesastres_Vol_III.pdf. Acesso em: 13 de out. 2014.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro: Record, 1997.

3. PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS INDICADOS PARA TODOS OS EMPREGOS DE NÍVEL TÉCNICO – AGENTE TÉCNICO E NÍVEL MÉDIO – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

2.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos. Estrutura e organização do texto e dos parágrafos. Coesão e coerência textuais. Ponto de vista e argumentos. Inferências. Denotação e conotação. Polissemia e substituição vocabular.

Discurso direto e indireto. Passagem de um tipo de discurso para o outro.

Morfologia: Estrutura e formação de palavras. Classes de palavras e seu emprego. Flexão nominal e verbal.

Ortografia: Sistema oficial vigente.

Sintaxe: Frase oração, período e seus termos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Coordenação e subordinação. Pontuação. Colocação pronominal

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **A Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4.ed. Curitiba: Positivo, 2009.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português Instrumental**. 29.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

2.2.PROGRAMA E BIBLIOGRAFIAS DE LEGISLAÇÃO

Decreto 51.761/14 – Estatuto da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique LuisRoessler – FEPAM. Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006). Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010) e Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual nº 13.694/2011).

- Decreto Estadual 51.761/2014 (Estatuto da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique LuisRoessler - FEPAM.

- Lei Federal nº 11.340/2006

- Lei Federal n. 12.288/2010.

- Lei Estadual n. 13.694/2011.

2.3.PROGRAMA E BIBLIOGRAFIAS DE INFORMÁTICA

Conhecimentos básicos de computação e microinformática: Elementos de hardware e software, componentes básicos dos computadores, equipamentos de E/S, tipos e uso de impressoras.

Conhecimentos básicos dos Sistemas Operacionais Windows (XP, 7 e 8): Utilização do Windows Explorer, Lixeira, Painel de Controle, compartilhamento de arquivos e impressoras.

Conceitos de organização de arquivos: Métodos de acesso, meios de armazenamento, formatos e extensões de arquivos, operações de armazenamento, noções de backup.

Noções de rede de computadores: Fundamentos, tipos de rede, protocolos, meios de comunicação, componentes e dispositivos de rede.

Noções de internet e intranet: Conceitos, modos de utilização, protocolos, ferramentas e serviços.

Uso de navegadores de internet: Internet Explorer 6.0 ou superior, Google Chrome, Mozilla Firefox.

Uso de editor de textos: Microsoft Word 2010. Uso de planilhas de cálculo: Microsoft Excel 2010. Uso de correio eletrônico: Microsoft Outlook 2010.

Noções de segurança da informação: Conceitos, controles de acesso, tipos de ataques, mecanismos e ferramentas de segurança.

Joyce, Jerry - *Windows 7 rápido & fácil*. Porto Alegre, RS :Bookman, c2011.

Barber, Brian - *Configuração e solução de problemas : Windows XP Profissional*. Rio de Janeiro : Alta Books, c2003.

Mário Gomes da Silva. *Informática - Terminologia - Microsoft Windows 8 - Internet - Segurança - Microsoft Office Word 2010*

Battisti, Júlio - *Windows XP : home & professional para usuários e administradores 2. ed.*Rio de Janeiro : Axcel, 2006.

Vasconcelos, Laercio - *Windows XP: home e profissional*. São Paulo : Pearson Education do Brasil, 2003.

Oliveira, Karina de - *Guia prático Microsoft Windows XP 3. ed.*Santa Cruz do Rio Pardo, SP : Viena, c2006.

Morais, Carlos Tadeu Queiroz de - *Conceitos sobre internet e web 1 ed.*Porto Alegre, RS : Editora da UFRGS, c2012.

McFedries, Paul - *Fórmulas e funções com Microsoft Excel*. Rio de Janeiro : Ciência Moderna, 2005.

Cox, Joyce - *Microsoft Word 2010 passo a passo*.Porto Alegre, RS : Bookman, c2012.

Jeschke, Egbert - *Microsoft excel 2010 formulas &functions: inside out*. EstadosUnidos : O?Reilly Media Inc., 2011.

Lambert, Joan - *Microsoft Outlook 2010 : step by step*. Redmond, Wash : Microsoft, c2010.

Gomes, Lucinéia - *Curso essencial de GOOGLE*. DigeratiBooks,2009

Teixeira, Renata Cicilini - Combatendo o Spam : aprenda como evitar e bloquear e-mails não-solicitados. São Paulo :Novatec, 2004.
CERT.br. Cartilha de Segurança para Internet, Edição: 2ª Versão 4.0. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>>
Acesso em: 29/09/2014

2.4. PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DOS CONCURSOS DE NÍVEL TÉCNICO – AGENTE TÉCNICO:

19 –TÉCNICO EM ELETRÔNICA

Eletricidade básica: princípios da eletrostática e da eletrodinâmica, grandezas elétricas e magnéticas, o sistema internacional de unidades, resistência elétrica e lei de Ohm, capacitores e indutores, metodologia de análise de circuitos, circuitos de corrente contínua, circuitos de corrente alternada, circuitos trifásicos, análise fasorial e fator de potência.

Eletrônica: componentes eletrônicos; componentes semicondutores, diodos, transistores bipolares, scr, diac, triac; circuitos eletrônicos com semicondutores; retificação; conceitos básicos de eletrônica analógica e digital, tipos de flip-flop, temporizadores, operações: monoestável e astável; amplificadores operacionais: circuitos e aplicações, comparadores, inversor, não inversor, somador, subtrator, integrador, diferenciador, osciladores, geradores de funções.

Instalações elétricas: instalações elétricas de baixa e média tensão, aterramentos, subestações, dispositivos de proteção, luminotécnica, diagramas de comando e acionamento de máquinas elétricas e correção de fator de potência.

Máquinas elétricas e transformadores: circuitos magnéticos e materiais magnéticos, transformadores, máquinas rotativas.

Normas de Segurança: Segurança em instalações e serviços de eletricidade.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora N.10: segurança em instalações e serviços em eletricidade. 2004. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E216601310641F67629F4/nr_10.pdf>.

COTRIM, Ademaro A.M.B. **Instalações Elétricas**. 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2.009.

FITZGERALD, A. E.;Kingsley Jr.,C.; UMANS, S.D. **Máquinas Elétricas com Introdução à Eletrônica de Potência**. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

IDOETA, Ivã Valeije ; CAPUANO, Francisco G.. **Elementos de Eletrônica Digital**. São Paulo: Érica, 2004.

MARKUS, Otávio. **Circuitos Elétricos de Corrente Contínua e Corrente Alternada Teoria e Exercícios**. 8ª ed. São Paulo: Érica, 2.008.

MALVINO, Albert Paul. **Eletrônica**. São Paulo: Makron Books, 2005. (v.1)

MALVINO, Albert Paul. **Eletrônica**. São Paulo: Makron Books, 2005. (v.2)

TOCCI, Ronald J. **Sistemas Digitais: princípios e aplicações**. São Paulo: Pearson, 2007

20 –TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

Desenvolvimento Sustentável. Ecologia e Meio Ambiente. Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação. Biomas. Ecossistemas. Recuperação de Áreas Degradadas. Qualidade da Água. Manejo de Bacias Hidrográficas. Poluição Ambiental: água, solo e ar. Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Educação Ambiental. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Legislação Ambiental.

KAPUSTA, Simone Caterina & RAYA-RODRIGUEZ; Maria Teresa Monica. 2009. **Curso Técnico em Meio Ambiente: Análise de Impacto Ambiental**. Porto Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2009. 69 p.Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/meio_amb/031212_analise_impacto.pdf. Acesso em 06/12/2013

KAPUSTA, Simone Caterina. 2008. **Curso Técnico em Meio Ambiente:Bioindicação Ambiental**. Porto Alegre: Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008 88 p.Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/meio_amb/031212_bioindicacao.pdf

PEDROZO, Catarina da Silva & KAPUSTA, Simone Caterina. 2010. **Curso Técnico em Meio Ambiente: Indicadores Ambientais em Ecossistemas Aquáticos**. Porto Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul;Florianópolis: UFSC. 72p.Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/meio_amb/031212_indic_amb.pdf

POLETO, Cristiano. 2008. **Curso Técnico em Meio Ambiente: Energias Renováveis**. Porto Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2009. 47p. Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/meio_amb/031212_energias_renov.pdf

POLETO, Cristiano. 2008. **Curso Técnico em Meio Ambiente: Gestão de Recursos Hídricos**. Porto Alegre: Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 40p. Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/meio_amb/031212_gest_rec_hidr.pdf

RAYA-RODRIGUEZ; Maria Teresa Monica & KAPUSTA, Simone Caterina. 2009. **Curso Técnico em Meio Ambiente: Gerenciamento de Resíduos Industriais**. Porto Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Florianópolis: UFSC. 69 p. Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/meio_amb/031212_gerenc_resid.pdf

SCHWANKE, Cibele. **Ambiente: conhecimentos e práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MILLER Jr, G. Tyler. **Ciência Ambiental**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012: Código Florestal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acessado em 30 de setembro de 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: Lei de Crimes Ambientais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acessado em 30 de setembro de 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 001 de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 006 de 1987**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=57>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 005 de 1988**. Dispõe sobre o licenciamento de obras de saneamento básico. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=69>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 011 de 1988**. Dispõe sobre as queimadas nas Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=75>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 012 de 1989**. Dispõe sobre a proibição de atividades em Área de Relevante Interesse Ecológico que afete o ecossistema. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=88>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 002 de 1991**. Dispõe sobre adoção ações corretivas, de tratamento e de disposição final de cargas deterioradas, contaminadas ou fora das especificações ou abandonadas. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=116>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 006 de 1991**. Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=120>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 004 de 1993**. Considera de caráter emergencial, para fins de zoneamento e proteção, todas as áreas de formações nativas de restinga. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=129>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 009 de 1996**. Estabelece corredor de vegetação área de trânsito a fauna. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=208>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 023 de 1994**. Institui procedimentos específicos para o licenciamento de atividades relacionadas à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=164>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 033 de 1994**. Define estágios sucessionais das formações vegetais que ocorrem na região de Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, visando viabilizar critérios, normas e procedimentos para o manejo, utilização racional e conservação da vegetação natural.

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=174>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 237 de 1997**. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 264 de 1999**. Licenciamento de fornos rotativos de produção de clínquer para atividades de co-processamento de resíduos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=262>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 273 de 2000**. Dispõe sobre prevenção e controle da poluição em postos de combustíveis e serviço. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=271>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 274 de 2000**. Revisa os critérios de Balneabilidade em Águas Brasileiras. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=272>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 279 de 2001**. Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=277>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 284 de 2001**. Dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=282>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 317 de 2002**. Regulamentação da Resolução Nº 278, de 24 de maio de 2001, que dispõe sobre o corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=339>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 341 de 2003**. Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação de dunas originalmente desprovidas de vegetação, na Zona Costeira. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=379>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 357 de 2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 358 de 2005**. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=462>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 368 de 2006**. Altera dispositivos da Resolução Nº 335, de 3 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=488>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 369 de 2006**. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 371 de 2006**. Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=493>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 377 de 2006**. Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=507>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 381 de 2006**. Altera dispositivos da Resolução no 306, de 5 de julho de 2002 e o Anexo II, que dispõe sobre os requisitos mínimos para a

realização de auditoria ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=516>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 382 de 2006**. Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=520>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 385 de 2006**. Estabelece procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=523>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 398 de 2008**. Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=575>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 408 de 2008**. Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=592>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 412 de 2009**. Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=605>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 420 de 2009**. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=620>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 423 de 2010**. Dispõe sobre parâmetros básicos para identificação e análise da vegetação primária e dos estágios sucessionais da vegetação secundária nos Campos de Altitude associados ou abrangidos pela Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=628>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 428 de 2011**. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 429 de 2011**. Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – OSPs. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=644>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 430 de 2011**. Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=646>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 436 de 2011**. Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 02 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=660>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 441 de 2012**. Aprova a lista de espécies indicadoras dos estágios sucessionais de vegetação de restinga para o Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a Resolução no 417, de 23 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=665>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 454 de 2012**. Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=693>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução 462 de 2014**. Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte

eólica em superfície terrestre, altera o art. 1º da Resolução CONAMA n.º 279, de 27 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=703>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.520, de 03 de agosto de 2000: Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul** (atualizada até a Lei n.º 13.914, de 12 de janeiro de 2012). Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2011520&idNorma=11&tipo=pdf>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992: Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul** (atualizada até a Lei n.º 13.931, de 30 de janeiro de 2012). Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%209519&idNorma=954&tipo=pdf>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

21 – TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS

Redes de computadores: Princípios e fundamentos de comunicação de dados; Configuração de Redes e protocolos em sistemas operacionais Windows; Conhecimento de protocolo TCP/IP (endereçamento de rede IP, máscara de rede, default gateway, NAT, DNS, DHCP, WINS, SSH, FTP, TELNET, etc); Conhecimento de protocolo SNMP; Hardware e software: Conhecimento de arquitetura e componentes de hardware de microinformática; Análise e diagnóstico de problemas de hardware e software; Instalação e configuração de softwares em estações de trabalho; Instalação e configuração de Servidores de Rede; Administração de Redes Locais: Administração de servidores Windows; Administração de Serviços fundamentais de rede, tais como, autenticação, correio, impressão, DHCP, Wins; Gestão de recursos de microinformática; Aplicação de políticas de segurança em estações de trabalho e servidores de rede; Desenvolvimento e distribuição de pacotes de software; Realização de inventários de recursos em rede; Implementação de rotinas de monitoramento e análise de performance em servidores; Arquitetura cliente-servidor; Conceitos de virtualização e ambientes virtualizados de servidores e estações; Meios de transmissão: Topologias de redes de computadores; Arquitetura e protocolos de redes de comunicação; Encaminhamento de pacotes. Tipos de protocolos de roteamento; Rotas estáticas e dinâmicas. Modelo de referência OSI e principais padrões internacionais: Arquitetura cliente/servidor; Tecnologias de redes locais Ethernet/Fast; Ethernet/Gigabit; Ethernet; Conexões de rede: Fibras ópticas; fundamentos, padrões 1000BaseSX e 1000BaseLX; Redes sem fio (wireless); Elementos de interconexão de redes de computadores (gateways, hubs, repetidores, bridges, switches, roteadores); Redes de longa distância; Redes Frame-Relay e DSL; Internet: Protocolo TCP/IP. Conceitos de serviços de Nomes de Domínios (DNS), HTTP, SSL, SSH, FTP, DHCP, SMTP; Proxy cache. Proxy reverso. NAT; Conceito de VPN. Protocolos Seguros, IP-SEC, NAT- NATTraversal; IPV6. Protocolo SNMP.

Weber, Raul Fernando - Fundamentos de arquitetura de computadores 4. ed.Porto Alegre, RS : Bookman, c2012.

Oliveira, Romulo Silva de - Sistemas operacionais. 4. ed.Porto Alegre : Bookman, 2010.

Goodrich, Michael T. - Introdução à segurança de computadores.Porto Alegre, RS : Bookman, c2013.

Tanenbaum, Andrew S. - Organização estruturada de computadores 5. ed.São Paulo : Pearson Prentice Hall, c2007.

Tanenbaum, Andrew S. - Redes de computadores 5. ed.São Paulo, SP : Pearson Education do Brasil, c2011.

Tanenbaum, Andrew S. - Sistemas operacionais modernos 3. ed.São Paulo, SP : Pearson Prentice Hall, c2010.

Stallings, William - Arquitetura e organização de computadores 8. ed.São Paulo, SP : Pearson Education do Brasil, c2010.

Stallings, William - Criptografia e segurança de redes : princípios e práticas 4. ed.São Paulo, SP : Pearson Prentice Hall, c2008.

Stallings, William - Redes e sistemas de comunicação de dados 5. ed.Rio de janeiro : Elsevier, 2005.

Scrimger, Rob - TCP/IP a bíblia .Rio de Janeiro : Campus, c2002.

Kurose, James F. - Redes de computadores e a internet : uma abordagem top-down 6. ed.São Paulo, SP : Pearson Education do Brasil, c2013.

Fegan, Sophia Chung - Protocolo TCP/IP. 3th ed.Boston : MCGRAW HILL - ARTMED, c2006.

Campos, Iberê M. - Redes Windows : teoria e prática. Rio de Janeiro : Brasport, 2003.

Silva, Lino Sarlo da - Virtual Private Network - VPN : aprenda a construir redes privadas virtuais em plataformas Linux e Windows 2. ed..São Paulo : Novatec, 2005.

Comer, Douglas E. - Interligação de redes com TCP/IP 5. ed.Rio de Janeiro : Elsevier, 2006

Albitz, Paul - DNS e BIND 4. ed. Rio de Janeiro : Campus, c2001. [DNS and BIND]
 Barret, Daniel J. - SSH, the secure shell : the definitive guide. Beijing : O'Reilly, c2001.
 Florentino, Adilson Aparecido - Ipv6 na prática. São Paulo : Linux New Media do Brasil, 2012.
 Cutroni, Justin - Google analytics : compreendendo o comportamento dos usuários. São Paulo, SP : Novatec, c2010
 Stanek, William Robert - Microsoft Windows XP Professional : guia de bolso do administrador 2. ed. Porto Alegre : Bookman, c2006.
 Stanek, William Robert - Windows Server 2008 : guia completo. Porto Alegre : Bookman, 2009.
 O'Dea, Michael - Segurança no Windows : referência rápida. Rio de Janeiro : Elsevier, 2004.
 Joyce, Jerry - Windows 7 rápido & fácil Porto Alegre, RS : Bookman, c2011
 Barber, Brian - Configuração e solução de problemas : Windows XP Professional. Rio de Janeiro : Alta Books, c2003.
 Mário Gomes da Silva. Informática - Terminologia - Microsoft Windows 8 - Internet - Segurança - Microsoft Office Word 2010
 Battisti, Júlio - Windows XP : home & professional para usuários e administradores 2. ed. Rio de Janeiro : Axcel, 2006.
 Vasconcelos, Laercio - Windows XP: home e profissional. São Paulo : Pearson Education do Brasil, 2003.
 Oliveira, Karina de - Guia prático Microsoft Windows XP 3. ed. Santa Cruz do Rio Pardo, SP : Viena, c2006.
 Moraes, Carlos Tadeu Queiroz de - Conceitos sobre internet e web 1 ed. Porto Alegre, RS : Editora da UFRGS, c2012.
 McFedries, Paul - Fórmulas e funções com Microsoft Excel. Rio de Janeiro : Ciência Moderna, 2005.
 Cox, Joyce - Microsoft Word 2010 passo a passo. Porto Alegre, RS : Bookman, c2012.
 Jeschke, Egbert - Microsoft excel 2010 formulas & functions : inside out. Estados Unidos : O'Reilly Media Inc., 2011.
 Lambert, Joan - Microsoft Outlook 2010 : step by step. Redmond, Wash : Microsoft, c2010.
 Gomes, Lucinéia - Curso essencial de GOOGLE. DigeratiBooks, 2009
 Teixeira, Renata Cicilini - Combatendo o Spam : aprenda como evitar e bloquear e-mails não-solicitados. São Paulo : Novatec, 2004.
 CERT.br. Cartilha de Segurança para Internet, Edição: 2ª Versão 4.0. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>>
 Acesso em: 29/09/2014

22 – TÉCNICO EM SECRETARIADO

Histórico da Profissão: Atribuições do Profissional do Secretariado; Lei da Regulamentação e Código de Ética do Profissional de Secretariado. Rotinas de Trabalho. Técnicas Secretariais. Organização do Ambiente de Trabalho. Atendimento Telefônico e Atendimento ao Público. Gestão Arquivística: Técnicas de arquivamento; Métodos de Arquivamento; Classificação de Arquivos; Gestão de Documentos; Tabela de Temporalidade. Redação de Documentos Oficiais, inclusive de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República. Princípios de Redação Oficial. Emprego dos Pronomes de Tratamento. Abreviaturas e Siglas. Normas Especiais de elaboração do texto. Mensagens Eletrônicas. Envelope e endereçamento Postal. Eventos: Conceitos; Tipologia de Eventos; Planejamento e Organização de Eventos Públicos; Cerimonial e Protocolo; Normas do Cerimonial Público; Ordem Geral de Precedência; Símbolos Nacionais. Noções de Administração: Conceitos e fundamentos da Administração; Abordagens Administrativas; Gestão de Materiais e Logística; Noções de Técnicas Administrativas; Organização, Sistemas e Métodos. Noções de Marketing. Noções de Gestão de Pessoas. Noções de Contabilidade. Noções de Licitação - Leis n.º 8666/93 e n.º 10.520/2002.

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

BELTRÃO, Odacir. **Correspondência - Linguagem & Comunicação - Oficial, Empresarial, Particular**. 24ª ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2011.

BRASIL. **Lei n. 8.421, de 11 de maio de 1992**. Altera a Lei n.º 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8421.htm#art1. Acesso em 30/set.2014.

BRASIL. **Decreto n. 70.274, de 9 de março de 1972**. Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D70274.htm. Acesso em: 30/set./2014.

CESCA, Cleusa Gimenes. **Organização de Eventos**. Editora Summus, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7ª. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS SECRETÁRIAS E SECRETÁRIOS. Código de Ética da Secretária. Disponível em: http://www.fenassec.com.br/b_osecretariado_codigo_etica.html. Acesso em: 30set. 2014.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS SECRETÁRIAS E SECRETÁRIOS. Lei de Regulamentação da Profissão. Disponível em: http://www.fenassec.com.br/b_osecretariado_lei_regulamentacao.html. Acesso em: 30set. 2014.

INGHILLERI, Leonardo. **Atendimento CINCO ESTRELAS**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Excelência em Atendimento ao Cliente. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda, 2012.

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 2ª edição, revista e atualizada. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm.

MAXIMIANO, Antonio César Amaro. **Introdução à Administração**. 7ª ed. rev. e amp. 3ª reimp. São Paulo: Atlas,, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, J. B.; HERNANDES, Sônia. **Manual da Secretária: Técnicas de Trabalho**. 11ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NOBRE, Jorge Alberto. **Sua Excelência o Cliente: qualidade no atendimento**. Porto Alegre: Passaporte para o Sucesso. Editora e Produtora, 2003.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 1997.

VEIGA, Denize Rachel. **Guia de Secretariado: Técnicas e Comportamento**. 3ª ed. rev. e atual. Editora São Paulo: Érica, 2010.

23 – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria 3.214, de 08/06/1978 e suas alterações posteriores:

NR 01 – Disposições gerais

NR 02 – Inspeção prévia

NR 03 – Embargo ou Interdição

NR 04 – Serviços especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)

NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

NR 07 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)

NR 08 – Edificações

NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)

NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade

NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais

NR 15 – Atividades e Operações Insalubres

NR 16 – Atividades e Operações Perigosas

NR 17 – Ergonomia

NR 23 – Proteção contra incêndios

NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho

NR 26 – Sinalização de Segurança

NR 33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados

Insalubridade e Periculosidade; Laudos e demonstrativos ambientais; Acidentes do Trabalho. Doenças Profissionais e do Trabalho; Ergonomia; Higiene ocupacional; Toxicologia; Primeiros Socorros; Prevenção de sinistros e incêndios; Legislação previdenciária aplicada aos acidentes do trabalho. Lei 8.213 de 24 de julho de 1991. Decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999 – Regulamento da Previdência Social e suas alterações posteriores. Gestão de riscos no trabalho. Inspeções de segurança. Antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de riscos. Embargo e Interdição. Situações de grave e iminente risco. Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho: normalização e certificação. Organização do Trabalho. Proteção contra incêndios e explosões. Exames obrigatórios do PCMSO. Técnicas de análise de riscos. Riscos na operação de máquinas.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Doenças Relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde do Trabalho, 2001.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA**. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2014.

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manuais de Legislação Atlas, 74ª ed. São Paulo: Editora Atlas S. A. 2014.

MARTINS, Sergio Pinto. **Legislação Previdenciária**. 20ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DUL, Jan e WEERDMEESTER Bernard. **Ergonomia Prática**. 3ª Ed. São Paulo: Blucher, 2012.

MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira e MÁSCULO, Francisco Soares (organizadores). **Higiene e segurança do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier/Abepro, 2011.

2.5. PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CONCURSO DE NÍVEL MÉDIO:

24 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Matemática

Números Naturais e Sistema de Numeração Decimal. **Operações com números naturais** (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação) e suas propriedades. Expressões numéricas e resolução de problemas. Múltiplos e divisores, divisibilidade, critérios de divisibilidade, números primos e números compostos, decomposição de um número em fatores primos, mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum. **Frações e números decimais**: leitura, identificação, representação, comparação, equivalência, simplificação, forma mista, transformação de frações em números decimais e vice-versa, operações, expressões e resolução de problemas. **Números Inteiros e Números Racionais**: identificação, representação, comparação, operações, propriedades das operações, expressões e resolução de problemas. Equações e inequações de 1º e 2º graus, sistemas de equações, gráficos, problemas envolvendo resolução de equações e de sistemas de equações. Razões, proporções e porcentagem, escalas, grandezas direta e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta, cálculos envolvendo porcentagem e resolução de problemas. **Medidas**: de tempo, de comprimento, de massa, de capacidade, área e perímetro de figuras geométricas planas, área lateral, área total e volume de figuras tridimensionais (unidade padrão, transformações de unidades e resolução de problemas).

Ângulos: medida, classificação, operações com medidas de ângulos. **Semelhança de triângulos**: Teorema de Tales. Relações métricas no triângulo retângulo. Teorema de Pitágoras e suas aplicações.

Noções de matemática financeira (porcentagem, taxa de porcentagem, lucro, prejuízo, acréscimo, desconto, juros simples e juros compostos). **Análise Combinatória**: princípio fundamental da contagem, permutações simples e fatorial de um número, arranjo simples e combinações simples. **Progressão Aritmética** (sequência numérica, progressão aritmética, fórmula do termo geral de uma P.A, representações especiais, soma dos n primeiros termos de uma P.A). **Progressão Geométrica** (definição, fórmula do termo geral, representações especiais, fórmula da soma dos n termos de uma P.G. finita). Funções de 1º grau e funções de 2º grau. Trigonometria: resolução de triângulos quaisquer.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática – contexto & aplicações**. São Paulo: Ática, 2007 (coleção vol.1, 2, e 3)

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto. **Matemática uma nova abordagem**. São Paulo: FTD, 2010 (coleção vol1, 2 e 3)

GIOVANNI, J; CASTRUCCI, B; Giovanni, Jr. **A Conquista da Matemática**. São Paulo: FTD, 2010. (coleção do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental).

PAIVA, Manoel. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 2010. (coleção vol.1, 2 e 3)

RIBEIRO, Jackson. **Matemática, Ciências e Linguagem**. São Paulo: Ática, 2007. (Ensino Médio – vol. Único)

Conhecimentos Administrativos

Arquivologia: conceitos fundamentais, estágios de evolução, Teoria das 3 idades, ciclo vital dos documentos. Tipologia Documental (classificação dos arquivos e dos documentos) /Lei de Acesso à Informação Pública – Lei nº 12.527/2011. Organização e Administração de Arquivos/Correspondências/Atividades dos Arquivos correntes/Procedimentos Administrativos. Métodos de Arquivamento. Gestão de Documentos/Avaliação e Destinação/Tabela de Temporalidade. Lei nº 8.159/91 Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Arquivos Permanentes. Microfilmagem: conceito, tipos, objetivos, vantagens, desvantagens, etapas. Automação. Gerenciamento eletrônico dos dados GED. Tecnologias relacionadas com a Arquivologia.

Correspondência Oficial: elementos básicos e normas. Os Atos Oficiais. Classificação dos atos administrativos. Exemplário de Atos Oficiais. Glossário das palavras mais usadas na redação oficial.

Gestão de recursos: materiais, financeiros e de tempo. Organização do local de trabalho. Planejamento financeiro e orçamentário: um processo racional de administração do dinheiro. Desperdício versus lucro.

Controle de caixa: orientação dos passos para sua elaboração. Administração do tempo.

Administração Financeira: conceito, estrutura organizacional. A empresa e seus recursos. Relatórios de informações financeiras. Administração do capital de giro. Demonstrações financeiras: conceitos e tipos. Índices financeiros. Análise do fluxo de fundos. Tipos de análise financeira.

Natureza e desafios atuais da Administração. As funções administrativas nos três níveis organizacionais. O ambiente das organizações. Administração em um contexto globalizado, dinâmico e competitivo. Responsabilidade Social. Globalização e processos de mudança. A cultura organizacional. Diversidade. Desenvolvimento organizacional: técnicas e processo. Ética. Fundamentos do Planejamento, Organização, Direção e Controle. Comunicação, Liderança e poder, Motivação e Negociação nas organizações. Qualidade.

Atendimento: conceito. Diferenças entre produtos e serviços. Ética no atendimento ao cliente. Motivação através do entusiasmo. O profissional de atendimento. Serviço e postura no atendimento. Relacionamento interpessoal. Inteligência emocional. Trabalho em equipe Razões para bem atender com qualidade. Conhecendo o perfil do cliente. Técnicas para atendimento. Administração de Conflitos. Comunicação.

Lei nº 8.159/91 e alterações posteriores. Disponível no site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>

Lei nº 12.527/11 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>

Decreto nº 1.799/1996 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1799.htm>

Valentini, Renato. Arquivologia para concursos / Renato Valentini. – 4.ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Lima, Antônio Oliveira. Manual de redação oficial: teoria, modelos e exercícios/ A. Oliveira Lima. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Mazulo, Roseli. Secretária: rotina gerencial, habilidades comportamentais e plano de carreira/ Roseli Mazulo, Sandra Cristina Liendo da Silva. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

Chiavenato, Idalberto. Administração Financeira: uma abordagem introdutória /Idalberto Chiavenato. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos / Idalberto Chiavenato. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.

CURSO EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/planejamento/des_org/treinamentos/apostila%20de%20excelencia%20no%20atendimento%20ao%20cidadao.pdf> . Acessado em: 30 de setembro de 2014.